



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA
LAVRAS -- MINAS GERAIS

JOSÉ ROBERTO PEREIRA

MOVIMENTO ASSOCIATIVISTA RURAL E IGREJA EM
SÃO DOMINGOS DO PRATA-MG

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura de Lavras, como parte das exigências do curso de Pós-Graduação em Administração Rural, para obtenção do grau de "MESTRE".

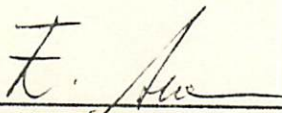
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA
ESAL - Cx. Postal 37 - 37.200 - LAVRAS - M. G.

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS
LAVRAS - MINAS GERAIS

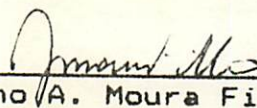
1991

MOVIMENTO ASSOCIATIVISTA RURAL E IGREJA EM
SAO DOMINGOS DO PRATA - MG

Aprovada:



Prof. Edgard Alencar
orientador



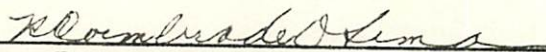
Prof. Jovino A. Moura Filho



Prof. Lucimar Leão Silveira



Prof. Oder José dos Santos



Profa. Raquel Coimbra de Oliveira Lima

"O utópico não é o irrealizável;
a utopia não é o idealismo, é a dialetização
dos atos de denunciar e anunciar, o ato
de denunciar a estrutura desumanizante e de
anunciar a estrutura humanizante".

Paulo Freire

A memória de meu pai, Antônio.

A minha mãe, Alaide.

Aos irmãos Elizabeth, Margareth
e Tadeu.

AGRADECIMENTOS

A Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), à Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG) e ao Departamento de Administração e Economia (DAE), pela possibilidade da realização do curso.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da Bolsa de Pesquisa.

Ao Prof. Edgard Alencar, pelo diálogo constante, pela compreensão e estímulo sempre demonstrados na orientação deste trabalho.

Aos Professores Jovino A. de Moura Filho e Lucimar Leão Silveira, pelo diálogo e empenho em todas as fases de elaboração deste trabalho.

Ao Prof. Oder José dos Santos, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pelas contribuições como participante da banca examinadora.

A Profa. Raquel Coimbra de Oliveira Lima, pelas contribuições como participante da banca examinadora.

Aos Professores do curso de Mestrado em Administração Rural, pelos conhecimentos transmitidos.

Aos membros do Grupo Integrado para o Progresso do Prata (GIPP) e à Cooperativa Regional Agro-Industrial de São Domingos do Prata Ltda (CORPRATA), pelo acesso às informações imprescindíveis para a realização da pesquisa.

Aos amigos e companheiros do curso de Mestrado em Administração: Alberto, Alexandre, Arlindo, Francisco, Giovanni, José Carlos, José Maria, Luís Gonzaga, Luís Henrique, Luís Vanderlei, Marcos Ramos, Paulo Roberto, Rosa, Sérgio e Vânia, pela ótima convivência e valiosas discussões teóricas.

Aos amigos de república: Cândido Ferreira da Silva Filho e Marco Antônio de Carvalho, pela solidariedade e agradável convívio.

Ao amigo José Higino R. do Vale, pelo incentivo e companheirismo.

A Cecília Cristina Soares, pela solidariedade e motivação sempre demonstrados.

Aos funcionários do Departamento de Administração e Economia (DAE): Antônio, Laércio, Mariza, Regina e Tadeu, pela colaboração.

A todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho.

BIOGRAFIA DO AUTOR

José Roberto Pereira, filho de Antônio Justino Pereira e Alaíde Alves Pereira, nasceu em São José do Goiabal, Estado de Minas Gerais, aos 8 dias do mês de junho de 1965.

Formou-se no curso Técnico em Agropecuária pela Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal (CEDAF - UFV), em 1983.

Em 1984 ingressou no curso de graduação em Administração Rural da Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL).

Em 1988 ingressou no curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Administração Rural, na Escola Superior de Agricultura de Lavras.

INDICE

1. INTRODUÇÃO.....	01
1.1. O Município de São Domingos do Prata.....	03
1.2. O problema da pesquisa.....	05
1.3. Estrutura da dissertação.....	07
2. PERSPECTIVA METODOLÓGICA.....	10
2.1. Pesquisa qualitativa.....	10
2.2. Técnica de triangulação.....	12
2.3. Estudo exploratório.....	13
2.4. Observação participante e entrevistas de profundidade....	15
2.5. Tratamento das informações.....	18
3. ASSOCIATIVISMO RURAL, IGREJA E PEQUENA PRODUÇÃO.....	20
3.1. Movimentos sociais.....	21
3.2. Emergência dos movimentos sociais no campo.....	25
3.3. A modernização tecnológica e a organização da pequena produção.....	34
3.4. Desenvolvimento econômico e cooperativismo.....	38
3.5. Estratégias de intervenção e participação social.....	42
4. O MOVIMENTO ASSOCIATIVISTA RURAL EM SAO DOMINGOS DO PRATA - MG (1958-1988).....	49

4.1. Organização das Obras Sociais São Domingos de Gusmão e desenvolvimento de atividade junto à população rural.....	52
4.1.1. Assistencialismo e produtores rurais.....	55
4.2. A organização da Feira do Produtor e sua transformação em Cooperativa.....	59
4.2.1. A promoção social e o desenvolvimento econômico... 65	
4.3. A Cooperativa Agro-Industrial de São Domingos do Prata e a implantação da Usina de Alcool.....	68
4.3.1. A estratégia de expansão.....	72
4.4. Organização do Grupo Integrado para o Progresso do Prata (GIPP).....	75
4.4.1. Desenvolvimento alternativo.....	77
4.5. Pequenos produtores e o movimento associativista rural... 79	
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
6. RESUMO.....	90
7. SUMMARY.....	
8. NOTAS.....	92
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95

LISTA DE QUADROS

QUADRO	Pag.
1 - Distribuição fundiária do município de São Domingos do Prata, 1985.....	04
2 - Principais produtos cultivados no município de São Domingos do Prata, 1985.....	05
3 - Acontecimentos que caracterizaram as quatro fases principais do Movimento Associativista Rural em São Domingos do Prata - MG (1958 - 1988).....	50

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo estudar a gênese e desenvolvimento de uma experiência associativista, conduzida sob a influência da Igreja Católica no Município de São Domingos do Prata, Minas Gerais. A exemplo de outras instituições, a Igreja Católica, a partir da segunda metade da década de 1950, se preocupou com a busca de formas associativas que viessem solucionar ou contornar os problemas enfrentados pelos setores colocados à margem do processo de desenvolvimento econômico, entre os quais os pequenos produtores pauperizados. Essa preocupação da Igreja Católica emergiu em um contexto de profundas transformações pelas quais passava o Brasil.

Na segunda metade da década de 1950, o padrão de crescimento agrícola, fundamentado na expansão horizontal e baixo nível tecnológico, que havia sustentado o modelo de industrialização conhecido como "processo de substituição de importações", mostrava claros sinais de exaustão. Surgiram, nesse período, grandes debates sobre os caminhos que a reestruturação de um novo modelo de desenvolvimento econômico deveria seguir. Esses

debates se desenvolveram numa situação de grande tensão social, refletindo, como observa SORJ (1986), tanto a crise econômica da época, como a entrada de novos atores sociais no cenário político brasileiro: os trabalhadores rurais e pequenos produtores. Tais debates assumiram características de confronto e polarização entre os setores reformistas que apoiavam as "reformas de base" e os setores conservadores que se opunham a essas reformas.

É nesse contexto que emergiu no interior da Igreja Católica, a preocupação com os segmentos marginalizados e o desenvolvimento de ações que viessem resgatá-los através da doutrina social cristã. Para alguns setores da Igreja, tais ações deveriam representar alternativas às medidas preconizadas pelas reformas de base e à coletivização dos meios de produção, propostos pelos partidos de esquerda. O Movimento Associativista de São Domingos do Prata representou uma dessas alternativas. Este movimento iniciou-se em 1958, com a chegada, a essa cidade, de um padre recém ordenado e se estendeu até o presente, podendo-se identificar na sua trajetória histórica de 30 anos, quatro fases: (a) fundação das Obras Sociais de São Domingos de Gusmão (O.S.S.D.G.); (b) organização da Feira do Produtor; (c) fundação da Cooperativa Regional Agro-Industrial de São Domingos do Prata (CORPRATA); (d) criação do Grupo Integrado para o Progresso do Prata (GIPP).

As Obras Sociais contavam com sete membros para coordenar suas atividades na data de sua fundação, assistindo grande parte da população do município através de comissões de voluntários. Para a organização da Feira do Produtor foram

mobilizados cerca de 300 agricultores através de cursos de hortifruticultura, iniciando suas atividades como uma associação com 15 pequenos produtores rurais, chegando a atingir 488 associados em 1976.

A Cooperativa Agro-Industrial contou com cerca de 164 associados no início de suas atividades, tendo um crescimento considerável nos anos de 1982 a 1987, quando atingiu 360 associados. O GIPP iniciou suas atividades no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Comunitário (CDC), o qual reunia lideranças comunitárias e pequenos produtores rurais (cerca de 50 pessoas). Os membros efetivos desta associação, no final do ano de 1989, contavam 15 pessoas.

1.1. O Município de São Domingos do Prata

O Município de São Domingos do Prata situa-se na zona metalúrgica do Estado de Minas Gerais, onde encontram-se usinas siderúrgicas como a Belgo Mineira, Acesita, Usiminas e Cia. Vale do Rio Doce. Esse município compreende uma área de 794 km² de superfície montanhosa, sendo 65,87% dela ocupada por pastagens, 16,44% por matas, 12,64% por atividades agrícolas e 5,05% por áreas inaproveitáveis. O clima da região é o tropical de altitude com temperatura média de 19 a 22^oC (IBGE, 1985).

A população do município é predominantemente rural, sendo que 4.338 (24,20%) residem em área urbana e 13.590 (75,80%) em áreas rurais, num total de 17.928 habitantes, segundo os dados do IBGE (1982). Esta população encontra-se distribuída em cinco

distritos e na sede. A estrutura fundiária é caracterizada pela predominância de propriedades com áreas inferiores a 50 ha (Quadro 1).

QUADRO 1 - Distribuição fundiária do município de São Domingos do Prata, 1985.

AREA (ha)	No DE PROPRIEDADES	%
até 10	1920	58,70
10 - 50	800	24,50
50 - 100	220	6,70
100 - 200	170	5,20
200 - 500	128	3,90
500 - 1000	32	1,00
TOTAL	3.270	100,00

Fonte: Escritório local da EMATER.

As atividades econômicas do município estão assentadas na produção e transformação de produtos de origem agropecuária. Os principais produtos cultivados são: milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar, café, citros, banana, hortaliças e mandioca. A produção anual e área plantada destes produtos estão indicadas no Quadro 2.

QUADRO 2 - Principais produtos cultivados no município de São Domingos do Prata, 1985.

CULTURA	AREA (ha)	PROD. ANUAL (ton.)
Milho	6.000	10.800
Feijão	3.000	1.500
Cana-de-açúcar	1.000	45.000
Café	800	10.000
Mandioca	20	200
Citros	100	1.000
Banana	35	460
Arroz	1.090	2.440
Hortaliças	31	631

Fonte: Escritório local da EMATER.

1.2. O problema de pesquisa

O processo de transformação pelo qual passou o Movimento Associativista, tendo à frente o pároco local, representou um fenômeno rico de informações sobre uma organização associativista, dadas as suas características:

- (a) é uma tentativa de resgatar, através da doutrina cristã, a dignidade de um contingente de produtores marginalizados econômica e socialmente, elevando-os à condição de empresários familiares;

- (b) utiliza uma metodologia de ação para o trabalho com as populações rurais, fundamentada no que se considera como processo de conscientização para o trabalho cooperativo, também inspirado na doutrina cristã;
- (c) envolve órgãos e entidades laicas.

Além da relevância destas características, o movimento estendeu-se ao longo de 30 anos, o que ressalta a importância da dimensão histórica para a compreensão de sua gênese e posterior desenvolvimento. Neste sentido, assume-se que os diferentes atores sociais envolvidos no movimento (pequenos produtores, membros da Igreja Católica e associações laicas) não foram meros espectadores dessas transformações. Assume-se, também, que estes diferentes atores interpretam tais transformações à luz de referenciais ideológicos, atribuindo significados a este movimento e às diferentes fases que atravessou. Assim, buscou-se com esta abordagem, compreender o significado que diferentes atores sociais atribuem ao associativismo rural, como um instrumento de superação das condições impostas à pequena produção pelo processo de capitalização agrícola no Brasil.

Ao contrário dos estudos convencionais em Administração Rural que, ao analisar uma organização, pouco se utilizam de enfoques históricos, este estudo procurou reconstituir, historicamente, o Movimento Associativista Rural de São Domingos do Prata, aprofundando-se nas razões de sua gênese e desenvolvimento. Assim, o objeto de estudo desta pesquisa (a organização do movimento associativista) não será tratado a

partir dos paradigmas tradicionais em administração rural, que tendem a abordar toda e qualquer organização rural como uma exploração econômica capitalista e esta como "objeto natural", como observou MOURA FILHO (1989). Tais paradigmas assumem uma posição reducionista da realidade social, contribuindo, frequentemente, para que continue pouco evidenciada a complexidade que, de fato, está sendo trabalhada (SILVA & RIBEIRO, 1985). Assim, estas considerações conduzem a uma análise em termos de organizações (aquela que incorpora uma visão do macroambiente social, político e econômico) e não simplesmente em termos empresariais (aquela que se limita a uma análise micro). Com isso, acredita-se que os diversos trabalhos comunitários conduzidos por órgãos oficiais e não oficiais no sentido de organizar pequenos produtores pauperizados em associações, com objetivos de melhorar suas condições de vida, dotá-los de meios de sobrevivência para permanecerem no processo produtivo, integrá-los à economia de mercado ou aumentar-lhes o poder de contraposição às forças que os empurram para uma marginalização crescente, possam encontrar, na administração, instrumentos para superação de seus problemas organizacionais.

1.3. Estrutura da Dissertação

Para a coleta e tratamento de informações deste estudo foi utilizada a técnica de pesquisa qualitativa, fundamentando-se nas percepções dos sujeitos, nas características do contexto cultural e na realidade histórica do período (1958 - 1988),

através de depoimentos orais e informações documentais. Este assunto constitui o capítulo 2 deste estudo.

Com referência à análise da realidade histórica do período (1958 - 1988), que constitui o capítulo 3 sob o título "Associativismo Rural, Igreja e Pequena Produção", procurou-se abordar, além dos aspectos históricos que caracterizaram o período, os aspectos teóricos sobre movimentos sociais e sobre a participação social diante das estratégias de intervenção do Estado e das "estratégias emergentes". Este capítulo constitui o quadro de referência geral da dissertação e está estruturado da seguinte forma:

(a) Movimentos sociais: nesta seção foram discutidos aspectos teóricos sobre os conceitos de movimentos sociais e problemas internos e externos que afetam a organização desses movimentos;

(b) Emergência dos movimentos sociais no campo (1958 - 1964): período marcado pela organização de pequenos produtores e trabalhadores rurais em sindicatos, associações e cooperativas, reivindicando seus direitos e exigindo sua participação nas decisões políticas do Governo, pela presença da Igreja conservadora a favor das forças "anticomunistas" e, ainda, pelos conflitos de classes culminando com o golpe militar, em 1964;

(c) Modernização tecnológica e a organização da pequena produção (1964 - 1978), período marcado pela desmobilização de organizações populares através da repressão, pelo surgimento da Igreja popular apoiando as classes oprimidas e pela formação do complexo agroindustrial, subordinando a agricultura à indústria;

(d) Desenvolvimento econômico e o cooperativismo (1978-1988): período marcado pela "abertura política", pelo apoio do Estado ao desenvolvimento econômico através do cooperativismo e pela volta ao domínio dos conservadores no interior da Igreja;

(e) Estratégias de intervenção e participação social: nesta seção foram discutidos aspectos teóricos sobre a intervenção do Estado após o golpe militar em 1964, a qual se caracterizou pelas tentativas de integrar vários segmentos sociais através de meios coercitivos e, em contraposição, as "estratégias emergentes", as quais procuram instrumentalizar as organizações populares para uma participação social de forma democrática.

O capítulo 4, "Movimento Associativista Rural em São Domingos do Prata (1958 - 1988)", procura relacionar as diferentes fases do movimento com os fatos históricos do período. Procurou-se interpretar, à luz do referencial teórico, as transformações do movimento. Por último, o capítulo 5, "Considerações Finais", procura sintetizar todo o movimento associativista em relação ao tipo de intervenção e à participação dos membros.

2. PERSPECTIVA METODOLÓGICA

Tendo em vista a natureza do problema de pesquisa, adotou-se, neste estudo, a abordagem interpretativa, a qual tem como foco de análise o significado que os atores sociais atribuem às ações que desenvolvem. As raízes dessa abordagem assentam-se na etnografia e na fenomenologia, que constituem fundamentos teóricos da pesquisa qualitativa. Para evitar o caráter a-histórico, às vezes comum na abordagem interpretativa, foi utilizada a técnica de triangulação de dados.

2.1. Pesquisa qualitativa

A pesquisa qualitativa tem suas raízes nas investigações antropológicas, as quais utilizavam, no século passado, relatos de vida com o objetivo de registrar o testemunho de culturas em extinção e preservar um patrimônio que desaparecia sob o impacto colonizador (BRIOSH & TRIGO, 1987). Posteriormente, outras perspectivas teórico-metodológicas passaram a utilizar essa abordagem em suas investigações, destacando-se as seguintes: interacionismo simbólico,

desenvolvido pela Escola de Chicago na investigação de categorias consideradas desviantes dentro da sociedade; o marxismo sartriano; a psicologia histórico-social e a sociologia histórica; a psico-história; a teoria dos papéis; a sociologia interpretativa (CAMARGO, 1984).

A partir dos anos 70, acentuou-se o interesse por essa abordagem no Brasil pelo fato da sociologia ter sofrido a influência da produção americana e europeia resultante das vertentes da fenomenologia, do interacionismo simbólico, da etnometodologia e de uma reação ao positivismo que, tradicionalmente, aplica ao estudo das ciências humanas os mesmos princípios e métodos das ciências naturais, através da quantificação dos fenômenos (TRIVINOS, 1987). Com a utilização crescente dessa abordagem, várias modalidades de pesquisa foram surgindo, recebendo diferentes denominações¹.

A tradição antropológica da pesquisa qualitativa faz com que esta seja conhecida como investigação etnográfica. A etnografia fundamenta-se na descrição da realidade, extraíndo os significados que tal realidade possui para os indivíduos. Semelhantemente, a fenomenologia privilegia a consciência do sujeito e entende a realidade social como uma construção humana. Apoiar-se na interpretação do mundo que, intencionalmente, surge à consciência do ator através de sua percepção dos fenômenos. Suas bases teóricas, de tipo idealista, permitiram o rápido desenrolar de seus princípios que, como os do positivismo, fugiam da crítica social e não buscavam as explicações dos fenômenos em suas raízes históricas (TRIVINOS, 1987, p.125).

Entretanto, quando se busca, nesta linha de pensamento, contextualizar os fenômenos através da apreensão de suas raízes históricas e com fundamento na dialética da realidade social, a pesquisa ganha uma riqueza muito grande na análise e compreensão do fenômeno e perde aquele caráter estático, a-histórico, muito criticado por outras correntes. Assim, neste estudo, procurou-se compreender e analisar a origem e desenvolvimento da experiência associativista, fundamentando-se nas percepções dos sujeitos, nas características do contexto cultural e na realidade histórica do período (1958 - 1988). Para atingir este objetivo, utilizou-se a técnica de triangulação.

2.2. Técnica de triangulação

A técnica de triangulação consiste no estabelecimento de três dimensões analíticas: (a) processos e produtos centrados nos atores sociais; (b) elementos produzidos pelo meio dos atores; (c) processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica do macro-ambiente social dos atores (TRIVINOS, 1987).

Os processos e produtos centrados nos atores sociais foram obtidos através das entrevistas de profundidade e observação participante. Através desta dimensão analítica, identificaram-se as percepções dos atores sociais sobre a história da experiência associativista, buscando reconstituir sua gênese e desenvolvimento.

Os elementos produzidos pelo meio dos atores sociais foram extraídos de fontes documentais sobre a origem e desenvolvimento da experiência associativista, tais como:

matérias de jornais; atas de fundação e de assembleias ordinárias e extraordinárias; estatutos; relatórios; projetos; folhetos de divulgação. Enfim, todo material escrito que se relacionava com o movimento.

Os processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica do macro-ambiente social dos atores foram extraídos através da análise das transformações históricas, sobre o associativismo rural, a Igreja e a pequena produção.

Para a coleta dessas informações foram utilizados o estudo exploratório, a observação participante e a pesquisa de profundidade.

2.3. Estudo exploratório

O estudo exploratório que levou à delimitação do problema desta pesquisa, pode ser dividido em dois momentos. No primeiro, o seu intento foi buscar informações que viessem delimitar e fundamentar o problema de uma pesquisa sobre cooperativismo rural e, assim, as informações iniciais visavam cobrir os aspectos referentes ao município de São Domingos do Prata: (i) população rural e urbana; (ii) produção agrícola e industrial; (iii) estrutura fundiária. Além destas informações, obtidas através do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e da EMATER local (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), apresentados no item 1.1., procurou-se conhecer a história das duas cooperativas existentes: Cooperativa Agropecuária e Cooperativa Regional Agro-Industrial (CORPRATA). As informações obtidas sobre as cooperativas foram de caráter téc

nico-administrativo, como por exemplo, a evolução do quadro de associados, os principais fornecedores, a produção anual, número de funcionários e estrutura organizacional. Entretanto, ao levantar tais informações, detectou-se que a CORPRATA originara-se no interior de um movimento associativista de pequenos produtores, iniciado na década de 50 sob a orientação de membros da Igreja Católica. Essa constatação deu origem ao segundo momento do estudo exploratório, o qual buscou mais evidências sobre tal constatação, as quais, posteriormente, fundamentaram e delimitaram o problema de pesquisa do presente estudo.

Ao perquirir sobre as origens desse movimento, identificaram-se duas fases anteriores à organização da CORPRATA, representadas pela fundação, no município, das Obras Sociais de São Domingos de Gusmão e pela criação da Feira do Produtor. Esse movimento havia, assim, experimentado diferentes formas organizacionais e atravessado um período de profundas transformações econômico-sociais, como por exemplo: mobilização camponesa; golpe militar de 1964; repressão aos movimentos populares; aumento da intervenção do Estado na economia; expansão industrial; aceleração da emigração rural/urbana; mudanças nas relações de produção no campo. Tais fatos, aliados à necessidade de buscar formas alternativas de trabalho com os pequenos produtores pauperizados, despertaram o interesse pelo estudo do Movimento Associativista Rural de São Domingos do Prata.

As informações iniciais permitiram a identificação de uma pessoa que participou, ativamente, de toda a história dessa Cooperativa. Tratava-se do ex-pároco local e ex-presidente da CORPRATA. No primeiro contato ele foi questionado a respeito de

sua experiência na organização dos produtores rurais e indicou possíveis fontes documentais de informação. Passou-se, então, ao recolhimento destas fontes (recortes de jornais, folhetos de divulgação, atas, depoimentos em jornais de pequena circulação, estatutos, correspondências oficiais, relatórios, projetos e regulamentos).

Com estas informações e com as informações obtidas através de uma entrevista semi-estruturada, realizada com o ex-pároco local, foi possível reconstituir, parcialmente, o movimento associativista do município. Depois de algum tempo (3 meses), foi gravada sua palestra "Experiência do Trabalho Comunitário em São Domingos do Prata - MG", proferida na Escola Superior de Agricultura de Lavras-ESAL, no Departamento de Administração e Economia (DAE), onde relatou toda sua experiência. Através desta reconstituição, surgiram outras questões referentes à história do movimento associativista, o que permitiu a formulação do projeto de pesquisa.

As informações coletadas na fase exploratória demonstraram a riqueza da experiência, que se estendeu ao longo de trinta anos e buscou resgatar um contingente de pequenos produtores marginalizados social e economicamente.

2.4. Observação participante e entrevistas de profundidade

Após a reconstituição histórica parcial da experiência, através das informações iniciais que caracterizaram a fase exploratória da pesquisa, o pesquisador participou das atividades de um pequeno grupo de pessoas que dirige uma associação (GIPP), a

qual integra pequenos produtores do município. O seu presidente é o ex-pároco local e ex-presidente da Cooperativa Agro-Industrial. Durante cinco meses de convivência direta com os membros dessa associação, o pesquisador buscou esclarecer as questões formuladas pelo projeto de pesquisa, através de entrevistas de profundidade com os principais atores sociais envolvidos na experiência.

As entrevistas foram realizadas, em primeiro lugar, com aquelas pessoas que participaram das três fases do movimento ou que, pelo menos, tivessem participado de duas delas. Neste primeiro momento de observação e de entrevistas, a prioridade foi dada aos ex-dirigentes das Obras Sociais, da Feira do Produtor e da Cooperativa. Estes foram entrevistados duas ou mais vezes em períodos cronológicos diferentes, de acordo com as necessidades de esclarecimento das questões levantadas. É importante salientar que as pessoas entrevistadas indicavam outras envolvidas no movimento ou possíveis fontes documentais de informações. Tais informações permitiram a realização das entrevistas de profundidade com os produtores associados à Cooperativa. Foram entrevistados 18 produtores rurais e um funcionário, os quais possuíam idade média de 61 anos e que participaram da experiência associativista desde sua fase inicial.

As entrevistas com os produtores tiveram uma duração de, no mínimo, 30 minutos a, no máximo, de 1 hora e 30 minutos. O ambiente da entrevista foi sempre harmonioso, deixando o entrevistado à vontade para expressar seu pensamento. Ao iniciar a entrevista, o pesquisador fazia uma pequena exposição sobre o assunto a tratar, após ter se apresentado e dado como referência

a pessoa que indicou o entrevistado. Ao final de cada entrevista, quase sempre era indicada uma outra pessoa possível de ser entrevistada. Algumas entrevistas puderam ser gravadas, dependendo da pessoa entrevistada e do ambiente inicial da conversa. Quando não puderam ser gravadas, as idéias principais foram anotadas durante a entrevista, sendo esta reconstituída posteriormente, o quanto possível com as mesmas palavras do entrevistado.

Todas as entrevistas seguiram um roteiro básico com questões relacionadas ao levantamento da história do movimento associativista. Porém, não foram seguidas com rigidez. A sua utilização foi no sentido de orientar o pesquisador sobre o assunto, obedecendo a uma ordem cronológica dos acontecimentos. Este aspecto é importante porque na entrevista poderia surgir um fato novo que podia esclarecer algumas dúvidas anteriores ou modificar o sentido de algum acontecimento, dentro do assunto tratado. O total de entrevistados, 23, não foi pré-determinado por medidas estatísticas, mas, em decorrência da participação destes na experiência associativista e da possibilidade de diálogo com tais pessoas.

A reconstituição histórica da experiência associativista está fundamentalmente relacionada à reconstituição da história de vida do ex-pároco. A história da experiência confunde-se com a sua própria história de vida. Neste caso, a entrevista aprofunda-se cada vez mais na "história de vida" do sujeito, utilizando para isto não só a história oral, mas também, a revisão de documentos, obras e entrevistas com pessoas a ele vinculadas. Assim, podem-se caracterizar dois níveis da

vida do sujeito entrevistado, como DENZIN (1984) identificou: o *Éntico* e o ontológico, ou a superfície e a profundidade. Ao nível *Éntico*, do cotidiano, as pessoas se perdem em seus feitos e práticas. No nível ontológico, verificou-se a autoconsciência moral, que define o verdadeiro ser da pessoa como uma pessoa no mundo. Desta forma, deve-se ter sempre em mente que

"as afirmações do informante representam meramente sua percepção, filtrada e modificada por suas reações cognitivas e emocionais e relatadas através de sua capacidade pessoal de verbalização" (HAGUETTE, 1987, p.76-77).

É importante salientar que a história oral não prescinde da teoria que informa o objeto a ser reconstituído (HAGUETTE, 1987), e que a

"história de vida reduz a distância entre as dimensões objetivas e subjetivas de análise social, superando o vazio sempre existente entre afirmações teóricas gerais e os dados empíricos que parcialmente as sustentam" (CAMARGO, 1984, p.17).

2.5. Tratamento das informações

Inicialmente, todas as respostas dos questionários, as transcrições das entrevistas gravadas e as informações documentais foram lidas e analisadas. Em segundo lugar, foram lidas todas as respostas a uma mesma pergunta dos produtores e dirigentes do Movimento, retirando os aspectos essenciais. Todas as perguntas e as respectivas respostas de dirigentes e produtores associados foram agrupadas em quatro grandes questões que nortearam a pesquisa e correspondendo às quatro fases do desenvolvimento da experiência associativista. No caso das informações documentais, procedeu-se a várias leituras para que

fossem retirados, das diversas fontes, os pontos significativos para o estudo. Estes pontos foram também agrupados segundo as quatro fases do Movimento.

É importante salientar que este procedimento conduziu o pesquisador a relacionar as informações com aspectos teóricos do estudo. Posteriormente, procedeu-se à interpretação referencial, procurando explorar os conteúdos latentes das informações, através de uma análise teórica aprofundada e relacionada aos aspectos históricos do contexto social, político e económico.

3. ASSOCIATIVISMO RURAL, IGREJA E PEQUENA PRODUÇÃO

O Movimento Associativista Rural de São Domingos do Prata (MARSPD) pode ser entendido como a manifestação local de um movimento social de caráter mais amplo que envolveu, a partir da década de 50, setores marginalizados da população rural brasileira. Esse movimento associativista foi marcado por diferentes formas organizacionais ao longo de 30 anos (1958-1988), as quais buscaram, na definição de sua liderança, aumentar a capacidade defensiva dos segmentos sociais marginalizados. Além de apresentar tais características, o MARSDP passou por transformações fundamentais da história política, social e econômica do Brasil nos últimos 30 anos. Essas transformações refletem as ações de diferentes agentes na sociedade: Estado, Igreja Católica, organizações populares, trabalhadores, empresários e outros. É neste sentido que este capítulo foi organizado, centrando nos aspectos históricos da intervenção do Estado e na atuação da Igreja Católica nos movimentos sociais no campo.

3.1. Movimentos sociais

Os movimentos sociais geralmente têm por origem um protesto ou uma ação defensiva diante das contradições da estrutura econômico-social que afetam determinadas classes sociais. Desta forma, um movimento social só pode ser identificado se existir entre os membros de uma coletividade, uma reivindicação, um protesto ou uma ação defensiva em comum, como fase inicial, e como fases posteriores a identificação do adversário e o questionamento do poder que este representa (TOURAINE, 1977).

MELLUCCI (1989) define analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva: (a) baseada na solidariedade; (b) desenvolvendo um conflito; (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. A solidariedade é a capacidade que os atores têm de partilhar uma identidade coletiva (isto é, a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como parte da mesma unidade social). O conflito é definido como uma relação entre atores opostos, lutando pelos recursos aos quais ambos dão um valor. Os limites de um sistema indicam o espectro de variação tolerado dentro de sua estrutura existente. Um rompimento destes limites empurra um sistema para além do espectro aceitável de variações.

TOURAINE (1977) procura definir um movimento social como a combinação de um princípio de identidade, de um princípio de oposição e de um princípio de totalidade:

(a) Identidade - O princípio de identidade é a definição do ator por ele mesmo. Um movimento social só pode se

originar se esta definição é consciente, mas a formação do movimento precede amplamente a esta consciência. É o conflito que constitui e organiza o ator. A identidade do ator não pode ser definida independentemente do conflito real com o adversário e do reconhecimento do objetivo da luta;

(b) Oposição - Um movimento só se organiza se ele identificar seu adversário, mas sua ação não pressupõe esta identificação. O conflito faz surgir o adversário e forma a consciência dos atores presentes. Em sociedades tanto do tipo agrária ou industrial existe somente um par de movimentos sociais, aquele que se opõe às classes presentes;

(c) Totalidade - Não existe movimento social que se defina unicamente pelo conflito. Todos possuem um princípio de totalidade: o sistema de ação histórica cujos adversários, situados na dupla dialética das classes sociais, disputam entre si a dominação².

Vários problemas, constatados historicamente nos movimentos sociais, demonstram as possíveis causas do declínio desses movimentos. Sejam problemas internos, como a conscientização desigual dos membros, visão puramente econômica ou técnico-produtiva, sobreposição da identidade e oposição à totalidade e a questão do processo de participação; ou problemas externos, como a cooptação pelo Estado através da representação (delegação de poderes), bem como pelo uso de um paradigma reducionista³.

Estas questões acima mencionadas foram discutidas por diversos autores latino-americanos⁴ que buscam explicações e, ao mesmo tempo, subsídios teóricos para o desenvolvimento de estudos

sobre movimentos sociais. Procurou-se separar essas questões em problemas internos e externos, simplesmente para efeito de análise.

Os problemas internos referentes à conscientização desigual dos membros constituem pontos conflitantes. Neste caso, falta coesão ao grupo na tomada de decisões frente aos objetivos propostos, tendo como consequência a desintegração do movimento. Esta questão comporta, ao mesmo tempo, outros problemas. Se existe consciência desigual isto pode significar que o movimento sobrepõe identidade e oposição em relação à totalidade, ou a totalidade se sobrepõe à identidade e à oposição. Isto pode implicar em visão puramente econômica ou técnico-produtiva através de reivindicações de cunho imediatista ou de caráter contestador. No entanto,

"os participantes na ação coletiva não são motivados apenas por uma orientação econômica, calculando custos e benefícios da ação. Eles também estão buscando solidariedade e identidade, que diferentemente de outros bens, não são mensuráveis e não podem ser calculados" (MELLUCCI, 1989, p.53).

Neste sentido, VIGEVANI (1989, p.100) conclui:

"o que garante ao movimento social sua efetiva autonomia, que é algo que vai muito além da contestação, é, no limite, uma visão de mundo".

Essa mesma preocupação se reflete em SINGER (1982, p.222) quando diz que os movimentos sociais, além de formular reivindicações imediatas deveriam se preocupar em definir também "programas máximos", ou seja, o elenco de medidas econômicas, sociais e políticas que teriam de ser adotadas para que houvesse plena satisfação de suas demandas. A questão do processo de participação fica vinculada ao problema da conscientização.

Determinados membros podem ter um grau de conscientização maior (conhecimento claro dos "programas máximos"), buscando assim, uma participação mais efetiva nas questões discutidas.

Em relação aos problemas externos, uma questão muito discutida é a relação dos movimentos sociais com o aparelho do Estado. Nessa relação os movimentos sociais correm um risco muito grande de ser, muitas vezes, cooptados pelo Estado. A relação pode ocorrer a nível de representação dos movimentos por partidos políticos, ou procurando, nestes, instrumentos para a transformação do Estado. Como relata CARDOSO (1983, p.238), estes movimentos perdem força e muitas dissidências se manifestam, pois tomar partido implica romper o consenso criado pela vivência comum e, por outro lado, os partidos têm dificuldades para incorporar as reivindicações parceladas e às vezes contraditórias que lhes são apresentadas. Dessa forma,

"a representação (para os movimentos sociais) acabou se tornando sinônimo de delegação, isto é, de delegação da responsabilidade de falar e de decidir por um grupo, por uma classe, por uma nação, ao representante" (VIGEVANI, 1989, p.106).

Na medida em que se coloca a luta dos movimentos sociais contra o Estado, a luta pela cidadania, pela participação, pela melhoria da qualidade de vida, observa-se um processo de homogeneização analítica que impede que diferenças locais e regionais sejam aprofundadas. Este processo reducionista da realidade social, segundo SILVA & RIBEIRO (1985, p.334), contribui frequentemente para que continue pouco evidenciada a complexidade que de fato está sendo trabalhada.

Na próxima seção será discutida a emergência dos movimentos sociais no campo ocorrida no final dos anos 50 e

início dos anos 60, tendo como ponto central o papel desempenhado pelo Estado e pela Igreja Católica.

3.2. Emergência dos movimentos sociais no campo

As crises geradas pelo colapso dos preços dos produtos agrícolas de exportação, principalmente o café no final do século passado e início deste século, começaram a redefinir as relações de predominância entre o setor rural e o setor urbano no Brasil. Essa redefinição foi reforçada pela grande depressão econômica de 1929. Reduzindo-se a capacidade econômica de importar, a produção interna foi, conseqüentemente, estimulada, iniciando-se o processo de industrialização que veio, mais tarde, a ser conhecido como "Modelo de Substituição de Importações" (FURTADO, 1968).

A partir de 1930, as oportunidades de investimentos no setor urbano expandiram-se e esse setor passou a centralizar o processo de acumulação de capital na economia brasileira. Essa nova situação pode ser ilustrada pelas taxas médias de crescimento real do produto agrícola e industrial de 1947 a 1962, as quais foram, respectivamente, 4,7% e 9,5% ao ano (PAIVA et alii, 1976). Os papéis de maiores destaques desempenhados pela agricultura brasileira durante o período de 1930 à primeira metade da década de 1960 foram: produzir um adequado suprimento de gêneros alimentícios a preços razoáveis e, muitas vezes, tabelados para uma população urbana em crescimento; gerar divisas estrangeiras para financiar a importação de matérias-primas e bens de capital (SORJ, 1986). O crescimento do produto agrícola

durante esse período, de modo geral, fundamentou-se em um modelo de agricultura extensiva, cujas principais características foram: (a) crescimento da área cultivada dentro dos latifúndios mercantis, viabilizada, em certa medida, pela grande disponibilidade de mão-de-obra que permitia a manutenção de formas espúrias de organização do trabalho (p. ex. combinação do trabalho assalariado com a parceria e/ou arrendamento); (b) expansão da fronteira agrícola, amparada pela ampliação da estrutura viária (as estradas brasileiras praticamente dobraram durante o período de 1950 a 1965, passando de 460.000 Km para 803.068 Km); (c) baixo nível tecnológico pois, somente a partir de 1958 a indústria começa a penetrar na agricultura, processo intensificado após a segunda metade da década de 1960 (FOWERAKER, 1981; DELGADO, 1985).

No início da década de sessenta esse padrão de crescimento agrícola mostrava claros sinais de exaustão.

"Pelo lado das exportações, estas se mantêm em constantes desequilíbrios, ora aumentando ora decrescendo tanto em termos de volume quanto de valor, mantendo uma dependência fundamental do café. Por sua vez, a produção para o mercado interno passa a apresentar problemas de abastecimento em certos produtos - especialmente carne, feijão e frutas - com uma alta geral nos preços dos produtos alimentícios" (SORJ, 1986, p.26).

As taxas médias de crescimento real do produto agrícola e industrial haviam caído para, respectivamente, 3,2% e 3,1% no período de 1963 a 1966 (PAIVA et alii, 1976). Surgiram neste momento grandes debates sobre os caminhos que a reestruturação de um novo modelo de crescimento econômico deveria seguir. Estes debates se desenvolveram numa situação de grande tensão social

refletindo tanto a crise econômica da época, como a entrada de novos atores sociais no cenário político: os trabalhadores rurais e pequenos produtores (SORJ, 1986).

O processo de capitalização da agricultura na região Sul e no Estado de São Paulo⁵ e o crescimento da área cultivada em grandes latifúndios açucareiros do Nordeste contribuíram para: (a) aceleração do processo emigratório para os grandes centros urbanos e ocupação das áreas de fronteira agrícola; (b) aparecimento do trabalhador temporário, chamado de volante ou boia-fria, que terá peso crescente na composição da mão-de-obra agrícola a partir da segunda metade da década de 1960.

Segundo FURTADO (1964, p.149-150), a industrialização do país, trazendo um aumento de renda "per capita" e intensa urbanização, provocou um incremento apreciável do consumo de açúcar. Com efeito, de menos de 30 milhões de sacos em 1953-1954 o consumo nacional passou de 1962-63 para mais de 46 milhões. Por outro lado, condições extremamente favoráveis no mercado mundial permitiram ampla retomada das exportações, o que deu lugar a um crescimento da produção ainda mais intenso que o do consumo. O Nordeste participou dessa nova prosperidade, crescendo a sua produção em cerca de 50% no período de 1950-1963. Ocorre, entretanto, que esse aumento de produção se fez na forma costumeira de simples incorporação de novas terras aos canaviais, terras estas quase sempre inferiores às anteriores sob cultivo. Como os rendimentos médios por hectare cultivado de cana-de-açúcar se mantiveram estacionados, em torno de 60 toneladas, cabe inferir que os esforços realizados por alguns poucos proprietários introduzindo sistemas de irrigação e o uso de

adubos foram apenas suficientes para compensar a incorporação de terras de qualidade inferior. Sendo assim, também cabe deduzir que houve uma elevação nos custos médios de produção e uma baixa rentabilidade durante esse período de expansão.

FURTADO (1964, p.150) considera que o aumento da produção de açúcar no Nordeste teve duas consequências práticas: (a) a pressão para expandir os canaviais levou à progressiva eliminação das áreas anteriormente dedicadas à produção de alimentos; (b) a tendência à elevação dos custos reais criou uma forte pressão sobre os salários dos trabalhadores. A expansão das áreas sob cultivo de cana teve, por seu turno, consequências de profunda significação social e econômica:

- (a) o "morador" perdeu o direito de cultivar a sua roça de subsistência, responsável pela produção de parte daquilo que consumia com a sua família. Em um período relativamente curto foi transformado em um mero trabalhador assalariado;
- (b) de seu confinamento num casebre isolado em cima de uma colina, onde sua família vivia sem consciência de vizinhança, foi "empurrado" para beira da estrada, já sem poder plantar sua roça;
- (c) teria sido necessário um aumento substancial no salário monetário desse trabalhador para que pudesse abastecer-se, comprando alimentos que anteriormente produzia (FURTADO, 1964, p.150).

No entanto, essa elevação do salário monetário do trabalhador não ocorreu. Em face da concorrência crescente da produção bem mais capitalizada e tecnicamente mais avançada do Sul do país, qualquer elevação nos custos de produção do açúcar nordestino tornaria o produto do Sul mais competitivo. Assim,

para alcançar o seu duplo objetivo de aumentar a produção e evitar a elevação dos custos reais, a classe proprietária teve de lutar por todos os meios contra a tendência de elevação dos salários monetários. A oposição à elevação dos salários em um período em que o trabalhador vinha sendo empurrado para a beira da estrada traduzia-se em maior redução do seu já baixíssimo padrão de vida. Deslocando-se para a beira das estradas, em locais mais próximos dos centros de abastecimento, possibilitou com relativa rapidez, o estabelecimento de relações de vizinhança e contatos que facilitariam o surgimento de líderes locais, atuando no sentido de fomentar a tomada de consciência dos interesses comuns. Tendo em conta que a economia açucareira estava em aparente prosperidade, com sua produção crescendo ano a ano, essa pressão para reduzir os salários reais⁶ surgiu diante dos olhos das massas de trabalhadores como uma evidência de que a prosperidade dos proprietários se fazia à custa de sua miséria. É necessário partir dessa realidade para explicar o extraordinário fenômeno das ligas camponesas, cuja rápida propagação não encontra paralelo na história dos movimentos sociais no Brasil, até aquela época (FURTADO, 1964, p.152-153).

No entanto, as reivindicações do movimento conhecido como ligas camponesas não se restringiram à categoria dos trabalhadores expulsos pelo crescimento dos canaviais. Envolveram, também, os "moradores" e pequenos produtores, assumindo as seguintes bandeiras: reação contra o aumento excessivo do foro; negação de prestação do cambão ou condição e da sujeição⁷; exigência de indenização em caso de expulsão; pedido de acesso direto aos créditos oficiais; extensão dos

benefícios sociais aos trabalhadores do campo, incluindo a legislação trabalhista e o direito de organização sindical (BASTOS, 1984, p.78).

As mudanças das relações de produção motivaram também a mobilização dos trabalhadores rurais em outras regiões. Em São Paulo foi fundada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), em 1954. Em novembro de 1961, realiza-se em Belo Horizonte o primeiro congresso de trabalhadores rurais. Neste congresso foi redigido um documento conhecido como "Declaração de Belo Horizonte". BASTOS transcreve as reivindicações formuladas pelos participantes deste congresso, expressas nesse documento:

"Com a finalidade de realizar a reforma agrária que efetivamente interessa ao povo e às massas trabalhadoras do campo, julgamos indispensável e urgente, dar solução às seguintes questões: (a) radical transformação da atual estrutura agrária do país com a liquidação do monopólio da propriedade da terra exercido pelos latifundiários, principalmente com a desapropriação, pelo governo federal, dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal; (b) máximo acesso à posse e uso da terra pelos que nela desejam trabalhar, à base da venda, usufruto ou aluguel a preços módicos das terras desapropriadas dos latifúndios e da distribuição gratuita das terras devolutas.

Além dessas medidas que visam a modificar radicalmente as atuais bases da questão agrária no que respeita ao problema da terra, são necessárias soluções que possam melhorar as atuais condições de vida e de trabalho das massas camponesas, como sejam: (a) respeito ao amplo, livre e democrático direito de organização independente dos camponeses em suas associações de classe; (b) ampliação efetiva da parte da legislação trabalhista já existente e que se estende aos trabalhadores agrícolas, bem como imediatas providências governamentais no sentido de impedir sua violação. Elaboração de

estatutos que visem a uma legislação trabalhista adequada aos trabalhadores rurais; (c) plena garantia à sindicalização livre e autônoma dos assalariados e semi-assalariados do campo. Reconhecimento imediato dos sindicatos rurais; (d) ajuda efetiva e imediata à economia camponesa, sob todas as suas formas" (BASTOS, 1984, p.136-137).

Vários segmentos da sociedade mobilizaram-se e procuraram orientar os trabalhadores no sentido de conquistar suas reivindicações. Estes segmentos foram os partidos e movimentos de esquerda, parte da Igreja Católica e setores progressistas do governo Goulart. Entretanto, o apoio da Igreja Católica a diversas formas de organização popular no meio rural, nesta época, é visto como uma forma de evitar o avanço das forças progressistas no campo.

SGRECIA & GADELHA (1987) consideram que a organização dos trabalhadores rurais em Minas Gerais teve origem com a fundação dos sindicatos e ligas camponesas, no início dos anos 60, época em que a luta pela terra atingia vários municípios do estado. Diante do acirramento dos conflitos, setores conservadores da Igreja, através dos Círculos Operários Cristãos, passaram a organizar os pequenos produtores, como medida preventiva ao avanço das forças de esquerda no meio rural^B. Esta forma de atuação da Igreja pode estar relacionada com sua concepção de mundo cristão anterior a 1960, quando considerava os problemas sociais de forma moralista, ignorando suas causas estruturais.

Este período da Igreja Católica (1915 a 1955) é denominado por MAINWARING (1987) como "A Igreja da Neocristandade", caracterizada pelas manifestações da doutrina

social que despolitizavam os problemas sociais. A missão era restituir a Nosso Senhor Jesus Cristo o mundo moderno, ganhar católicos e competir com outras religiões. A Igreja precisava cristianizar as principais instituições sociais, desenvolver um quadro de intelectuais católicos e alinhar as práticas religiosas populares aos procedimentos ortodoxos. Entretanto, por volta de 1955 coexistiam três facções principais dentro da Igreja: (i) aqueles que continuavam a endoçar a estratégia da neocristandade vieram a ser os tradicionalistas; (ii) aqueles que acreditavam que a Igreja precisava mudar para cumprir sua missão no mundo moderno com maior eficácia eram considerados modernizadores conservadores; (iii) aqueles que compartilhavam da preocupação dos modernizadores conservadores, com o trabalho pastoral mais intenso, uma educação religiosa mais eficaz e de posições sociais mais progressistas eram considerados reformistas (MAINWARING, 1987, p.66). Contudo, como observa STARLING (1986, p.214),

"tanto conservadores quanto moderados alimentavam suas divergências com o bloco nacional-populista: o primeiro grupo recusava, decididamente, o programa das Reformas de Base, em especial a Reforma Agrária tal como havia sido elaborada pelo governo; já o segundo grupo, embora apoiasse as Reformas de Base, temia o 'perigo comunista', opondo-se à esquerda em geral e à legalização do Partido Comunista em particular" (STARLING, 1986, p.214).

A Igreja Reformista (1955-1964) acreditava que a Instituição deveria tornar-se uma serva no mundo, rompendo com as práticas tradicionais. Essas inovações eram inspiradas, em parte, no anticomunismo. Ao invés de ensinar a aceitação da pobreza, os reformistas promoviam soluções que apontavam na direção de superar ou de aliviar a miséria. Trabalhavam com os pobres e

também com as elites⁹. Do final de 1950 até aproximadamente 1970, os reformistas dividiram a liderança com os modernizadores conservadores: sua hegemonia foi, então, exclusiva até por volta de 1976 (MAINWARING, 1987). Este fato pode explicar as posições da Igreja instituição em relação ao período de grande tensão social anterior a 1964, apoiando as forças anti-comunistas e competindo com os partidos e movimentos de esquerda no campo e setores progressistas do governo Goulart.

Entretanto, é importante lembrar que no período de 1958 a 1964, parte do clero apoiava as forças progressistas e setores do governo. Os espaços mais importantes para a participação católica progressista, neste período, foram a Ação Popular, o Movimento de Educação de Base (MEB) e o movimento Paulo Freire. Segundo MAINWARING (1987), três fatores contribuíram para o fortalecimento das tendências progressistas da Igreja Católica no Brasil, antes de 1964: (i) a Igreja Católica no Brasil mantinha vínculos excepcionalmente fortes com setores progressistas do Vaticano; (ii) a crescente falta de padres estimulou uma maior liderança leiga; (iii) a Igreja tinha uma limitada história de perseguição por parte das forças liberais¹⁰.

Assim, o período anterior a 1964 é marcado por uma crise social, econômica e política que mobilizou diversos segmentos da sociedade e que proporcionou a emergência de movimentos sociais, principalmente no campo, representados pelas Ligas Camponesas. O que caracteriza estes movimentos sociais é sua forma de organização que envolve o protesto e a luta de uma classe ou categoria social contra as diferentes formas de exploração, expropriação e subordinação a que se vê

submetida (BASSANI, 1989, p.2). A conscientização das pessoas deu início a um processo de mobilização que foi se desenvolvendo com a finalidade de transformar a estrutura social. Os sindicatos e as associações rurais foram organizações que proporcionaram as grandes mobilizações que adquiriram características de confronto e polarização crescentes. Este fato levou à unificação de grande parte da burguesia em torno do golpe de Estado que se contrapunha ao movimento reformista, cortando, portanto, as perspectivas de uma transformação da estrutura fundiária a partir de um processo de mobilização popular (SORJ, 1986, p.23).

3.3. A modernização tecnológica e a organização da pequena produção

A penetração do capital na agricultura após 1964 proporcionou o fortalecimento de um setor de indústria à montante e à jusante, ou seja: de um lado indústrias produtoras de insumos e maquinarias agrícolas e de outro as indústrias de transformação de produtos agropecuários e sua conseqüente rede de distribuição e comercialização. A toda essa rede de indústrias criadas a partir da agricultura, desenvolvida sob a "ideologia modernizadora" e consolidada nos anos 60 e 70, é que SORJ (1986) e DELGADO (1985) denominam de complexo agroindustrial. A consolidação desse complexo fez emergir novos interesses sociais comprometidos com o processo de modernização. Passou-se a desprezar aquilo que não era rotulado como moderno, provocando a substituição de técnicas tradicionais por técnicas modernas, as

quais eram consideradas racionais e aliadas do progresso (GRAZIANO NETO, 1982).

A consolidação desse complexo agroindustrial, colocando a agricultura como fornecedora de alimentos para o setor urbano e consumidora de máquinas e insumos agropecuários do setor urbano-industrial, provocou o surgimento de novas formas de integração das organizações rurais (SORJ, 1986). As formas mais intensas de integração exigiram a especialização (divisão do trabalho) e qualificação dos trabalhadores para sustentar a dinâmica do processo produtivo, tendo como consequência a depuração das relações de produção capitalistas, colocando, de um lado, a massa de trabalhadores (geralmente os sindicalizados), e de outro, os empresários. Contudo, é importante lembrar, como destaca DELGADO (1985), que a integração de capitais intersetoriais se distingue da integração técnica agricultura-indústria, embora se realize com o suporte dela:

"A integração de capitais terá um raio de abrangência mais amplo, compreende não apenas o aprofundamento das relações interindustriais, mas outras formas de integração e conglomeração sob comando do grande capital" (DELGADO, 1985, p.34).

Todo esse processo de modernização se concentra na região Centro-Sul, ou seja, nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É importante ressaltar que não apenas regiões foram excluídas, mas nos estados beneficiados houve também exclusões, dando um caráter de intensa diferenciação. Essa diferenciação nos estados beneficiados pode ser verificada pelas linhas de créditos

diferenciadas por modalidade (custeio, investimento e comercialização), por categoria de produtores e entre produtos agrícolas¹¹.

Além do caráter de exclusão, o período de modernização intensa (1964-1978) caracterizou-se pela destruição das formas de organização e representação das classes subordinadas. Entretanto, não se eliminaram totalmente as instituições sindicais existentes, embora estas passassem a ser controladas pelo governo (SORJ, 1986, p.73-74). Além disso, as associações, atuando apenas através das relações econômicas, tornam-se subordinadas às mesmas regras do jogo de mercado de uma empresa capitalista. Assim, os pequenos produtores ligados às associações tornam-se cada vez mais dependentes das estruturas de mercado. A aquisição de máquinas, sementes melhoradas, adubos, agrotóxicos, de um lado, e o financiamento bancário e a comercialização, de outro, terminam por subordinar a pequena produção ao capital (SGRECIA & GADELHA, 1987). Isto provocou o crescimento da marginalização de pequenos produtores e trabalhadores rurais, seja pela intensa penetração do capitalismo no campo, com o caudal de destruição de ocupações de pequenos produtores e trabalhadores rurais, por um lado, seja pelas precárias condições de vida e de trabalho dessa população, por outro (DELGADO, 1985).

A ação da Igreja, em relação aos pequenos produtores rurais no sentido de superar a condição de marginalidade social e econômica em que vivem na sociedade capitalista, tem sido a de difundir meios, como o associativismo, utilizando as chamadas lideranças locais como fator de "facilitação". Visto desta forma,

a Igreja procura aperfeiçoar e melhorar a sociedade capitalista sem lutar contra a alteração de suas bases estruturais (BASSANI, 1988, p.59-63). Entretanto, é importante salientar que este tipo de comportamento é característico da Igreja articulada à classe hegemônica, preservando, com isso, seus princípios básicos de organização institucional de caráter ético-religioso. Tais princípios que a norteiam são a unidade, a santidade, a catolicidade e a apostolicidade¹² (BOFF, 1981, p.64).

Com as mudanças políticas no sentido de modernizar a agricultura brasileira, a partir da segunda metade da década de 60, e as mudanças no interior da Igreja instituição, ativadas após a reunião, em 1968, do episcopado latino-americano em Medellin, ela passou a atuar de forma diferente em relação à classe oprimida do meio rural. A tentativa, então, passou a ser a de promoção social, através do desenvolvimento econômico. Este é um dos traços característicos da nova ideologia missionária. Ele se coloca dentro da categoria "promoção humana" que, além do seu aspecto estritamente religioso, abrange as tentativas de superação do subdesenvolvimento econômico das populações marginais à sociedade capitalista ocidental (MOURAO SÁ, 1984, p.19-23). Para viabilizar sua intervenção, busca incentivar as relações de amizade, de generosidade e de união, utilizando a categoria de interdependência entre os produtores, buscando reuni-los em associações.

Este período pelo qual a Igreja passou (1964-1973) é denominado por MAINWARING (1987) como "A Igreja e o Regime Militar". Neste período, a Igreja desfrutava de uma estrutura internacional poderosa e de grande legitimidade moral

suficiente para defender os direitos humanos. Ficou conhecida como "a voz dos que não têm voz". As inovações, inclusive as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nasceram dentro da Igreja institucional sob a inspiração de bispos, padres e freiras progressistas. A Igreja Popular, que começou a emergir no final dos anos 60, foi uma descendente direta da Igreja Reformista do início e da metade dos anos 60, apesar das significativas diferenças entre ambas.

3.4. Desenvolvimento econômico e cooperativismo

Na década de 70, a organização dos pequenos produtores, diante da consolidação do processo modernizante da agricultura brasileira, teve um substancial apoio do Estado, não no sentido de sua organização autônoma, mas como uma forma de cooptar a participação dos produtores nesse processo e de evitar possíveis oposições ao regime autoritário. Assim, a intervenção do Estado na economia, através do cooperativismo, tem suas razões no potencial econômico e ideológico que este movimento representa. O cooperativismo pode ser considerado como elemento fundamental no processo de modernização da agricultura, integrando os produtores ao mercado. A cooperativa neste caso é considerada como

"um agente de racionalização econômico-produtiva de integração da produção agrícola com o padrão de acumulação vigente, atuando como impulsionadora do desenvolvimento das forças produtivas e sendo complementar tanto à agroindústria quanto à intervenção do Estado, se bem que subordinada e contrariamente" (FREDERIQ & CORADINI, 1982, p.64).

As bases organizacionais do cooperativismo brasileiro, a exemplo de vários outros países, fundamentam-se em princípios de concepção reformista, como os dos Pioneiros de Rochdale (adesão livre; um homem, um voto; contribuição equitativa do capital requerido; distribuição das sobras proporcionais às operações com a cooperativa; neutralidade social, política e religiosa; transação exclusiva com os membros). Entretanto, tais princípios não passam de formalidades, pois os princípios que conduzem realmente o comportamento das cooperativas são os da ideologia liberal capitalista, daí o termo "decantação dos ideais utópicos", utilizado por BORDA (1970).

A natureza formalística desses princípios pode resultar do grau de complexidade atingida pelo capitalismo brasileiro. Estudos como os de MEIRELES (1981), LOUREIRO (1981), MULLER (1981) e FLEURY (1983) indicam que a necessidade das cooperativas brasileiras de sobreviverem, ou mesmo de ampliarem a capacidade de competição no mercado, tem levado estas associações a adotarem as seguintes estratégias: (i) operarem com produtos mais rentáveis que demandam modernas técnicas de produção, ou produtos cujos níveis econômicos de produção só podem ser obtidos nas propriedades maiores e mais capitalizadas; (ii) operarem por consignação, repassando todos os riscos de comercialização para os seus associados. Nesta situação, se a cooperativa fornece ao pequeno produtor crédito e assistência técnica, garante-lhe somente as condições indispensáveis para se manter no processo produtivo.

Assim, o cooperativismo é o reflexo da sociedade brasileira: uma sociedade em que há grande concentração de renda,

concentração da propriedade fundiária, concentração do conhecimento técnico-científico. Também, neste sentido, RIOS (1973; 1979; 1987) retrata em seus estudos a figura do "dono da cooperativa", isto é, a pessoa que administra os negócios da cooperativa, única a definir a política da mesma, tomar decisões, manter contato com bancos e órgãos de assistência técnica. Esta pessoa geralmente representa a elite local. Assim sendo,

"a articulação das várias categorias de produtores no interior das cooperativas se processa muito mais no sentido de favorecer a grupos dominantes: os produtores capitalistas. Isto não implica na destruição das outras categorias de produtores que, pelo contrário, se configuram como peça essencial à reprodução não só da cooperativa como dos próprios produtores capitalistas" (FLEURY, 1983, p.144).

Esta elite local, normalmente, tem o apoio do Estado, como revelam os estudos de CAVENDISH (1981) e NOVAES (1981). As elites locais geralmente são favorecidas pela intervenção do Estado por operarem tradicionalmente no comércio da região. Assim, do ponto de vista da classe dominante, o cooperativismo é inovador e ao mesmo tempo estabilizador. Inovador porque favorece as mudanças, mas não é causa delas. Estabilizador, na medida em que preserva a acumulação nos setores dominantes da sociedade (NOVAES, 1981, p.70).

Além do potencial econômico e ideológico que o cooperativismo representa para o Estado, ele representa, também, por outro lado, os anseios de justiça social da Igreja, que conduzem à comunhão das coisas materiais. Esta colocação denota um caráter cristão do movimento cooperativo, o qual se revela sobretudo:

"(a) pela criação de uma economia cujo objetivo é servir e não ganhar; (b) pela elimi-

nação da obsessão econômica; (c) pela espontaneidade a que submete toda a arregimentação dos associados" (MAURER JUNIOR, 1966, p.202-207).

A intervenção da Igreja, neste caso, tem o sentido de organizar os pequenos produtores rurais com vistas à participação destes nas questões religiosas e econômicas, sem, no entanto, questionar a realidade social. Este posicionamento difere amplamente daquela Igreja que busca a participação do povo nas questões de sua própria realidade social, desenvolvendo uma consciência crítica desta mesma realidade. A cooperativa, neste caso, seria um meio pelo qual os impactos da exploração capitalista sobre um contingente de produtores marginalizados seriam diminuídos através da comunhão dos bens materiais.

A ação da Igreja de 1974 a 1985, segundo MAINWARING (1987), é caracterizada pela volta ao domínio dos conservadores dentro da instituição. A volta à democracia diminuiu o incentivo que muitos bispos tinham para se envolver publicamente na política. Os conservadores aproveitaram essa nova situação, fazendo dela um meio de insistir para que a Igreja diminuísse o seu envolvimento político. Daí o posicionamento da Igreja em relação ao movimento cooperativista neste período. Assim, a abertura política foi mais uma tentativa da elite em garantir a continuidade dos aspectos mais importantes do sistema do que uma alteração fundamental do regime e, neste sentido, como MAINWARING (1983) analisa, a mudança dentro da Igreja, durante os últimos 20 anos, tem sido mais um produto do processo político do que estratégia da própria Igreja.

3.5. Estratégias de intervenção e participação social

Antes do Golpe Militar em 1964, a vida política do país foi marcada por movimentos políticos populares que almejavam uma maior participação em todos os segmentos e níveis decisórios do governo. Estes movimentos estavam organizados em associações, sindicatos, ligas camponesas, partidos políticos e movimentos de educação popular. O Movimento de Educação de Base (MEB) é um exemplo de movimento político em busca da participação popular, neste período. Entretanto, a atuação político-participativa desses movimentos constituía uma ameaça ao poder da classe dominante, ao equilíbrio e à ordem do sistema capitalista. Este foi um dos fatos que levaram grande parte da burguesia a apoiar o golpe de Estado. Com a nova ordem estabelecida, a nova sociedade política acionou seus aparatos coercitivos com o propósito de controlar ou desarticular aqueles movimentos. Assim, a maioria das organizações de representação popular ficou atrelada aos interesses e às diretrizes do Estado autoritário. O controle do Estado sobre as organizações populares orientou-se para o estabelecimento de algumas estratégias de ação com objetivos de cooptar lideranças e manter o controle da situação. Estas estratégias de ação abrangiam desde a legislação até a atuação de agentes do governo em seus órgãos de representação junto à sociedade.

Na perspectiva de um Estado autoritário, a participação social tem um caráter apenas formalístico, em que os indivíduos cumprem um determinado papel dentro de uma associação ou da sociedade para atingir os objetivos traçados por membros que

ocupam lugar privilegiado, geralmente um pequeno grupo que toma decisões. Neste caso, a maioria que faz parte de uma associação está envolvida em projetos especiais de desenvolvimento, tendo uma participação reduzida a uma prática burocrática de cunho eminentemente tutorial. MAIA (1985) considera este tipo de participação como passiva, por não envolver a clientela no processo decisório, restringindo sua participação à execução. Ou seja, o que ocorre neste caso é apenas o convencimento para execução das tarefas, pois os objetivos, metas, prazos e recursos são definidos fora do processo. Pede-se aceitação de meios para consecução de fins "inquestionáveis" (SALES et alii, 1984).

Esta visão de participação é muito comum em todo o sistema capitalista, onde o objetivo lucro é inquestionável. Isto pode ser verificado em qualquer empresa do sistema. O Departamento de Recursos Humanos numa empresa tem a função de convencer os "participantes" a executar as tarefas elaboradas pela cúpula administrativa. Assim, a exemplo do que ocorre nas empresas, observa AMMAN (1987), a política de integração adotada pelo governo militar transformou a "participação social" em um expediente para eliminar os obstáculos à implantação de suas diretrizes nacionais e garantir a adesão da população às mesmas. Esta autora conclui que

"as classes trabalhadoras seguem excluídas dos processos decisórios reais e se lhes dão a ilusão de que participam. A prática de tal participação constitui um mecanismo acionado pelas classes hegemônicas para garantir sua dominação: a elas compete decidir, às classes subalternas simplesmente executar. A isto se dá o nome de participação" (AMMAN, 1980, p.59).

Nesta linha de raciocínio, CRUZ (1987) considera que a participação é aparente, tendo como função apenas legitimar as decisões tomadas. Assim pode acontecer no caso do Planejamento Participativo, quando a participação for considerada instrumento de viabilização da intervenção do Estado.

Em contraposição às estratégias de intervenção do governo autoritário, surgem estratégias que se orientam por um paradigma crítico de desenvolvimento, às quais ALENCAR (1986) denomina de "Estratégias Emergentes". Estas "Estratégias Emergentes" são: (a) planejamento participativo; (b) educação participativa; (c) "counterdevelopment theory"; (d) nova abordagem cooperativa.

O planejamento participativo, nesta perspectiva, tem um sentido alternativo de desenvolvimento, bem diferente daquele utilizado pelas estratégias de integração social do Estado. Ou seja, o "planejamento será alternativo se souber de sua tendência impositiva e tecnocrática e, a seguir, reconhecendo isto, se puser a coibir tal tendência e a abrir espaços crescentes de participação da base, em todos os momentos do processo de planejamento" (DEMO, 1986, p.40). Isto significa que tanto os técnicos quanto as clientelas envolvidas devem compreender os antagonismos que geram os problemas sociais que devem ser superados. Caso não haja a conscientização destes indivíduos, corre-se o risco de haver a cooptação pelo Estado. Para DEMO (1986), as chances do planejamento estarão seriamente comprometidas se o técnico envolvido for desabituaado à participação, não entender de política social de forma condizente e for inábil politicamente. Outro risco que se corre, segundo

MACHADO (1987), e o de trabalhar apenas ou basicamente com as lideranças e dirigentes das organizações. Este fato pode levar a uma concentração de poder numa pequena camada de dirigentes, que é a única a se unir com os técnicos, tomar decisões e administrar os recursos.

A "counterdevelopment theory" está, também, fundamentada nas teorias que são contrárias aos paradigmas tradicionais. Esta abordagem propõe um caminho alternativo para aquelas pessoas marginalizadas dos processos formais de desenvolvimento, através de Mobilização, Compromisso e Solidariedade¹³. "Counterdevelopment" considera que a superação dos mecanismos e processos de intervenção tutorial do Estado ocorrerá quando os segmentos marginalizados forem capazes de exercer influência no processo de desenvolvimento. Assim, a participação é considerada como um processo de aquisição de poder (ALENCAR, 1986). A realização dos objetivos desta abordagem está relacionada, segundo ALENCAR (1990), com o processo de constituição do que GALTUNG (1980) denomina de "auto-confiança" (processo de natureza dupla que busca a destruição das velhas formas de interação social para a construção de novas formas) o que, por seu turno, está associado com o "processo de conscientização" na perspectiva teórica de FREIRE (1976).

Neste mesmo sentido, a "nova abordagem cooperativa" busca aumentar a capacidade defensiva de segmentos sociais marginalizados. Tal abordagem preconiza a organização desses segmentos em cooperativas, as quais são estruturadas com a finalidade de: promover a conscientização; otimizar a mobilização dos recursos financeiros e tecnológicos disponíveis na

comunidade; utilizar as aptidões organizacionais existentes a nível local¹⁴. A nova abordagem cooperativa está fundamentada em dois princípios básicos, auto-confiança e participação dos membros (VERHAGEN, 1984, p.20-23). A auto confiança é o princípio que regula as relações externas da sociedade cooperativa. Seu objetivo é prevenir a excessiva dependência da benevolência de terceiros. O processo de auto-confiança está fundamentado nos conceitos de "independência" e "interdependência". O conceito de independência aparece em três situações básicas de orientação para o desenvolvimento organizacional das cooperativas: (i) otimização do uso dos recursos dos associados; (ii) administração apropriada; (iii) desenvolvimento de liderança local. O conceito de interdependência é baseado no pressuposto de que as organizações não podem sobreviver como unidades auto-suficientes, seja a nível local ou a níveis superiores. A interdependência implica na aquisição de autonomia organizacional e poder de contraposição. O segundo princípio básico desta abordagem é a participação dos membros. Seu principal objetivo é assegurar que a orientação das atividades de uma organização não seja dominada por uma minoria privilegiada de associados ou pelo "staff" administrativo. Este princípio distingue quatro campos diferentes nos quais a participação dos membros ocorre: (a) participação na tomada de decisões; (b) participação na implementação; (c) participação nos benefícios; (d) participação na avaliação e controle.

Por sua vez, a educação participativa surgiu como uma reação não só à perspectiva tradicional de participação mas, sobretudo, às políticas de modernização agrícola que excluíram os

setores marginalizados dos seus benefícios. A educação participativa é entendida como um processo onde indivíduos adquirem a capacidade de diagnosticar e analisar seus próprios problemas, decidir coletivamente sobre as ações para solucioná-los e desenvolver tais ações sem a interferência tutorial (OAKLEY, 1980, p.17). Assim, os associados de uma cooperativa ou os membros de uma comunidade estariam envolvidos num processo de aprendizagem da realidade social em que vivem, fundamentados no método de ação-reflexão-ação (ALENCAR, 1990).

Este método pedagógico possui, segundo OAKLEY e MARSDEN (1985, p.71), as seguintes características:

(a) "é um método não diretivo e procura, ao contrário da imposição de conhecimentos e idéias [uma característica da ação tutorial], explorar o ambiente sócio-político, onde os setores não privilegiados estão inseridos, com o objetivo de estruturar os problemas a serem enfrentados;

(b) é um processo essencialmente dialógico, onde o agente externo procura discutir, em iguais termos com a população alvo de seu trabalho, os problemas a serem enfrentados, suas causas e possíveis soluções [diferente, portanto, da intervenção tutorial, onde idéias pré-determinadas são comunicadas à população alvo];

(c) o papel chave do agente é o de acompanhar o processo de análise das situações e decisões a serem tomadas sem, contudo, intervir diretamente nesse processo [outra característica que distingue esta abordagem da abordagem tutorial];

(d) enfatiza a importância dos pequenos projetos econômicos como meio de estimular as atividades dos grupos de produtores e encefalar a sua participação".

As "Estratèrgias Emergentes" assumem, dessa forma, características contrárias à intervenção tutorial, seja a nível do Estado, seja a nível de uma organização. Elas procuram: desenvolver uma consciência participativa, tanto entre os agentes externos quanto entre a população alvo de suas ações; envolver os membros de uma comunidade em todo o processo administrativo, desde o planejamento até a consecução dos objetivos propostos; desenvolver o poder de contraposição às forças que empurram diferentes segmentos da sociedade para um processo crescente de marginalização. Tais características atribuem às "abordagens emergentes" um sentido de reação à natureza autoritária que domina as relações entre os indivíduos no interior das organizações em geral e, principalmente, no interior da sociedade.

As discussões sobre movimentos sociais, transformação da agricultura, intervenção da Igreja, intervenção do Estado e estratégias de participação social formam o quadro de referência para a Análise do Movimento Associativista Rural em São Domingos do Prata, tema do próximo capítulo.

4. O MOVIMENTO ASSOCIATIVISTA RURAL EM SÃO DOMINGOS DO PRATA - MG (1958-1988)

A análise histórica permitiu identificar quatro fases pelas quais passou o Movimento Associativista Rural em São Domingos do Prata - MG: organização das Obras Sociais São Domingos de Gusmão (O.S.S.D.G.), organização da Feira do Produtor; fundação da Cooperativa Agro-Industrial de São Domingos do Prata (CORPRATA); organização do Grupo Integrado para o Progresso do Prata (GIPP). Os principais acontecimentos que caracterizaram essas quatro fases estão indicados no Quadro 3. Essas fases não constituem uma mera expressão cronológica do Movimento Associativista Rural em São Domingos do Prata (MARS DP), uma vez que refletem as concepções da Igreja Católica sobre os problemas sociais do campo, reinterpretadas pelas lideranças do movimento. Por esta razão, este capítulo será estruturado em quatro seções principais, as quais correspondem às fases do MARS DP. Antes, porém, de passar à discussão dessas diferentes fases é necessário que se faça um breve levantamento da história de vida do ex-pároco local, uma vez que a história do MARS DP está intimamente relacionada com a sua história de vida.

Quadro 3 - Acontecimentos que caracterizaram as quatro fases principais do Movimento Associaativista Rural em São Domingos do Prata - M.G. (1958 - 1988).

FASIS :

OBRAS SOCIAIS SÃO DOMINGOS DE GUSMÃO (O.S.S.P.G.), 1958 / 1972	FEIRA DO PRODUTOR 1972 / 1978	COOPERATIVA REGIONAL AGROINDUSTRIAL DE SÃO DOMINGOS DO PRATA (CORPRATA) - 1978	GRUPO INTEGRADO PARA O PROGRESSO DO PRATA (GIPP) 1988
<p>(a) Chegada de um padre recém ordenado à paróquia de São Domingos do Prata (1958) ;</p> <p>(b) Fundação das Obras Sociais São Domingos de Gusmão (O.S.S.D.G.), em 1960;</p> <p>(c) Presença da Legião Brasileira de Assistência (LBA) através das "Bancas de Caridade";</p> <p>(d) Construção da Igreja Matriz;</p> <p>(e) Criação da Diocese de Itabira com jurisdição sobre o município de São Domingos do Prata-MG, em 1965;</p> <p>(f) Realização de cursos de natureza religiosa ("Curso para um Mundo Melhor") e de natureza técnica (olericultura e fruticultura);</p> <p>(g) Criação das "Células Comunitárias";</p> <p>(h) Organização da Feira do Produtor, em 1971;</p> <p>(i) As Obras Sociais atingiram cerca de 300 produtores no final da década de sessenta.</p>	<p>(a) Fundação da Feira do Produtor em 1972;</p> <p>(b) Presença da EMATER, SUDECOOP, Secretaria da Agricultura e Ministério da Agricultura para realização de diversos cursos ;</p> <p>(c) Projeto elaborado pela Fundação João Pinheiro para implantação de uma Cooperativa Hortifrutigranjeira (1973);</p> <p>(d) A Fundação Inter-Americana financia a implantação de uma fábrica de farinha, instalação de câmaras de maturação de frutas e frota de transportes, em 1974 ;</p> <p>(e) Discussão e cisão das lideranças do movimento em dois grupos (1977 a 1978): um contra e outro a favor da transformação da Feira do Produtor em Cooperativa ;</p> <p>(f) Apoio de diversos órgãos do governo à transformação da Feira em Cooperativa: SUDECOOP ; EMATER; Secretaria da Agricultura; Sindicatos; CAMIG; IBC; BERGE; Minas Caixa; Cooperativa Agropecuária; Prefeitura Municipal ;</p> <p>(g) Assembleia das Obras Sociais para decidir sobre a transformação da Feira do Produtor em Cooperativa, em 1978 ;</p> <p>(h) A Feira do Produtor chegou a atingir 488 associados no ano de 1976.</p>	<p>(a) Fundação da Cooperativa Regional Agro-Industrial de São Domingos do Prata (CORPRATA) em 1978;</p> <p>(b) Realização de cursos sobre educação cooperativista, através da SUDECOOP;</p> <p>(c) Circular/convite aos produtores rurais sobre "Matrão do Plantio de Cana";</p> <p>(d) Vistoria técnica pela Empresa Brasileira de Alcool S/A (BRASALCOOL), para implantação de uma microdestilaria de álcool no município, em 1981;</p> <p>(e) O ex-pároco deixa a presidência da Cooperativa para assumir o cargo de vice-prefeito do município (1983-1988). Assume a Cooperativa o vice-presidente (1982);</p> <p>(f) Aprovação, em 1982, pela Comissão Executiva Nacional do Alcool (CENAL), de uma micro destilaria de álcool no município, com capacidade de 10.000 litros/dia;</p> <p>(g) Criação das Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACDs) e Conselho de Desenvolvimento Comunitário (CDC) pelo ex-pároco e vice-prefeito do município;</p> <p>(h) Implantação da usina de álcool em 1985;</p> <p>(i) Declínio da atividade (álcool) em 1989;</p> <p>(j) De 1982 a 1987 a Cooperativa atingiu cerca de 360 associados.</p>	<p>(a) Fundação do Grupo Integrado para o Progresso do Prata (GIPP), em 1988;</p> <p>(b) Assistência agrônômica aos produtores associados;</p> <p>(c) Reuniões mensais junto ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário (CDC) para discutir problemas técnicos de produção;</p> <p>(d) Declínio das atividades da associação (falta de recursos financeiros), em 1990;</p> <p>(e) O GIPP chegou a atingir, em 1989, cerca de 50 pessoas, através do Conselho de Desenvolvimento Comunitário.</p>

O ex-pároco, filho de pequenos produtores, nasceu no meio rural do município de São Domingos do Prata. Aos oito anos de idade perdeu seu pai e, aos 11 anos, foi levado, pelo seu tio, para o seminário em Mariana - MG. Neste local, recebeu os ensinamentos da Igreja Católica durante 14 anos (fase da Igreja caracterizada por MAINWARING como a "Igreja da Neo-cristandade"). Em 1958 assumiu a paróquia de São Domingos do Prata e, em 1960, inicia seus trabalhos junto à população do município, os quais foram marcados por ações eminentemente assistencialista, até a metade da década de 60.

Com o desmembramento da Diocese de Mariana, a paróquia de São Domingos do Prata passou a pertencer à recém criada Diocese de Itabira, tendo como titular um bispo da ala progressista. O relacionamento mais próximo do então pároco com esse bispo provocou uma mudança significativa nas suas ações junto à população do município, as quais passaram a ser orientadas através da "promoção social". Em 1977 deixa de exercer o sacerdócio e a direção das atividades comunitárias do município e assume, em Belo Horizonte, o "Projeto de Complementação Alimentar". Em 1978, na situação, agora, de ex-pároco, volta a São Domingos do Prata para ser o primeiro presidente da recém criada CORPRATA, cargo que ocupou até 1982, quando se candidatou a vice-prefeito pelo PMDB.

Exerceu o cargo de vice-prefeito durante seis anos (1983 a 1988), período em que criou as "Associações Comunitárias de Desenvolvimento" (ACDs) ligadas ao "Conselho de Desenvolvimento Comunitário" (CDC), integrando os produtores rurais do município. Com sua saída da prefeitura, em 1988,

organizou, neste mesmo ano o "Grupo Integrado para o Progresso do Prata" (GIPP), o qual atua junto ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário (CDC). Estes fragmentos da história de vida do ex-pároco local ganham sentido e articulação nas demais seções deste capítulo que procuram descrever as diferentes fases do Movimento Associativista Rural de São Domingos do Prata.

4.1. Organização das Obras Sociais São Domingos de Gusmão e desenvolvimento de atividades junto à população rural

As atividades comunitárias no município de São Domingos do Prata, como foi observado anteriormente, tiveram como marco inicial, a chegada, em 1958, de um novo vigário. Esse vigário, filho de pequenos produtores da região, era um padre recém ordenado que iniciou a sua formação religiosa aos 11 anos de idade, quando ingressou no seminário da Arquidiocese de Mariana, à qual pertencia, então, a Paróquia de São Domingos do Prata. Tais atividades comunitárias coincidiram com a emergência dos movimentos sociais no campo e com a redefinição do "caráter de neocristandade" por diferentes facções no interior da Igreja Católica.

Em 1960, foram fundadas as Obras Sociais de São Domingos de Gusmão (O.S.S.D.G.), tendo como primeiro presidente o pároco local. Os objetivos das Obras Sociais fundamentavam-se nas concepções da "Igreja da Neocristandade", despolitizando os problemas sociais. Tal fato pode ser ilustrado, inicialmente, pelo Estatuto das Obras Sociais ao definir os seus objetivos:

*"amparar e assistir à criança desvalida e socorrer a pobreza em suas diversas modalidades, nos limites fixados pela lei do país dentro da jurisdição da paróquia de São Domingos do Prata"*¹⁵

Sua natureza beneficente levou a Legião Brasileira de Assistência (LBA) a atuar no município, inicialmente através das "Damas de Caridade", grupo constituído por mulheres voluntárias para assistir pessoas carentes.

Na primeira metade da década de 60, o pároco empenhou-se em construir uma nova igreja. Para tanto, mobilizou toda a população do município, constituída em sua maioria de católicos como ele mesmo expressa:

"o povo realmente tem essa semente no coração [Deus e o Evangelho]. E saber aproveitar isso, não para o mal, mas para o bem, para o trabalho comunitário, trabalho de união. A igreja foi toda feita na base do mutirão, trabalho realmente comunitário" (Palestra, 1989).

A construção da nova igreja representou um marco na redefinição do caráter de neocristantade que, até então, caracterizava as atividades das Obras Sociais. Em 1965 foi criada a Diocese de Itabira com jurisdição sobre o município de São Domingos do Prata, tendo como titular um bispo da ala progressista. Por ocasião de sua primeira visita à igreja recém-construída, o bispo de Itabira dirigiu ao pároco local palavras que refletiam a nova orientação pastoral, as quais foram transcritas pelo INFORMATIVO LBA (1968):

"O Padre queria dar aos fiéis um templo majestoso. Mas veio o concílio com sua nova ordem, e o bispo da Diocese Dom Marcos Antônio Noronha, afirmava: 'O objetivo principal da catequese não é construir igrejas de pedras, mas sim de homens' (...)"

Segundo depoimento do pároco, tais palavras marcaram profundamente as ações pastorais que desenvolveu posteriormente:

"Eu era voltado para o social desde pequeno e o Concílio abriu mais a minha cabeça. Eu me comparo a um saco de fubá fininho que foi todo esvaziado, virado do avesso, e sacudido até o final. Mas eu digo: sou o que fui e serei o que sou" (Entrevista, 1989).

Essas ações pastorais foram marcadas pelo grande número de cursos realizados no município, tanto de natureza religiosa, quanto de natureza técnica. O "Curso para um Mundo Melhor", por exemplo, inspirado no texto bíblico "Corpo Místico de Cristo", tinha como objetivo "mudar a mentalidade da população: sair do eu e passar para o nós" (Entrevista, 1989). Os cursos de natureza técnica eram, geralmente, voltados para o meio rural. Destacam-se os cursos de olericultura e fruticultura, que foram patrocinados pelo Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra/setor agrícola (PIPMO) e pela Legião Brasileira de Assistência (LBA). Estes cursos eram coordenados por agrônomos do município que se preocupavam com o desenvolvimento agrícola e consideravam a horticultura uma atividade adequada para aumentar a renda daqueles pequenos produtores marginalizados sócio-economicamente, que eles denominavam de "minifundistas". Além desses, outros cursos como tapeçaria, cerâmica, cestaria e arte culinária foram também realizados.

Para coordenar o trabalho comunitário, integrando a população rural e urbana,

"o padre dividiu todo o município em 43 zonas e quatro zonais¹⁶, ficando cada unidade a cargo de um casal dirigente que, como líder, orientava as atividades de catequese e vida social do grupo" (INFORMATIVO LBA, 1968).

A catequese seguia as diretrizes do Concílio Vaticano II e da Diocese de Itabira, a qual se empenhava nos problemas rurais da região.

Assim, no final da década de 60, surgiram as células comunitárias¹⁷, sendo 12 na cidade e 20 no meio rural, tendo como preocupação maior o aumento da produção e da renda, através da participação comunitária. Neste sentido, o problema com o qual se depararam foi o da comercialização dos produtos. Este problema foi o impulso final para que as Obras Sociais organizassem e coordenassem uma associação de pequenos produtores rurais denominada "Feira do Produtor".

4.1.1. Assistencialismo e produtores rurais

O início das atividades comunitárias no município foi marcado por uma ação, das lideranças locais, eminentemente assistencialista: (i) criação das Obras Sociais São Domingos de Gusmão; (ii) mutirão para construção de uma igreja; (iii) presença constante da Legião Brasileira de Assistência (LBA). A ação era voltada para as pessoas carentes, tanto da cidade quanto do campo. Assim, a mobilização de voluntários, sensibilizados pelas orientações pastorais, proporcionou o atendimento a grande número de pessoas. Essa mobilização teve como principal motivador o pároco local. Este poder de mobilização que ele representou na comunidade está relacionado aos seguintes fatores: (a) é um representante de uma instituição religiosa internacionalizada; (b) a comunidade era constituída, em sua grande maioria, por pessoas de formação católica e que esperavam da Igreja a

resolução de seus problemas sociais; (c) o ideal de desenvolvimento cristão intrínseco na personalidade do pároco e o seu poder comunicação; (d) sua origem rural.

A organização de pequenos grupos para cumprir tarefas previamente determinadas pelas lideranças foi uma forma, percebida como eficiente, de levar a assistência a diversos segmentos sociais. Assim, a assistência ao meio rural poderia ser efetivada, sem sobrecarregar a agenda do pároco local. Essa assistência consistia em contribuições de remédios, roupas e saneamento básico. Paralelamente eram realizadas atividades de catequese.

Com a implantação, na década de 60, de usinas siderúrgicas na região (por exemplo, USIMINAS) atraindo grande número de mão-de-obra que residia no meio rural, os trabalhos comunitários no município foram intensificados, no sentido de fixar os pequenos produtores à terra, como expressa a seguinte declaração:

"O risco que o município iria correr se todos os 2.000 minifundistas fossem trabalhar nas indústrias, sendo mão-de-obra barata ou às vezes vivendo nas favelas, ao passo que poderiam estar morando no meio rural sem passar fome e miséria" (Palestra, 1989).

Os trabalhos comunitários conduzidos nesta fase pelo pároco local, inicialmente continham orientação pastoral característica da fase da "Igreja da Neocrisandade". As Obras Sociais foram o resultado concreto da atuação desta ala da Igreja no município. Havia a preocupação da Igreja em resolver os problemas sociais emergentes, porém, essa preocupação era orientada por práticas religiosas populares alinhadas aos procedimentos ortodoxos,

práticas estas que despolitizavam os referidos problemas. Assim, seguindo apenas as orientações pastorais sem questionamento da situação política e social do país, mas a favor de algumas mudanças no sentido de não simplesmente aceitar a pobreza, é que o pároco local buscou soluções que apontavam na direção de superá-la ou de pelo menos, aliviá-la. Esta posição diante dos acontecimentos políticos do período (1958-1964), por um lado, pode estar relacionada com sua própria reflexão:

"o Prata era mais ou menos uma 'ilha'. Pouca comunicação. Religião tradicional (80% dos católicos acomodados, conservadores)" (Entrevista, 1989).

Por outro lado, pode estar relacionado com sua própria formação religiosa e o posicionamento conservador da Igreja instituição diante dos conflitos de classes.

Apesar do município sofrer uma influência, que se pode considerar indireta, da situação política do país [período de 1958 a 1964: com as constantes investidas dos partidos políticos de esquerda, setores progressistas do Governo Goulart e mesmo parte da Igreja Católica, representada, principalmente, pelo Movimento Educacional de Base (MEB), no sentido de evidenciar as diferenças de classes e suas causas com a consequente organização popular], não ocorreu uma manifestação, pelos pequenos produtores do município, de protesto ou luta contra a situação de marginalidade em que se encontravam. Se houve alguma manifestação, essa foi canalizada pela Igreja Católica, através de seus princípios tradicionais: a unidade, a santidade, a catolicidade e a apostolicidade. A fundação do sindicato dos trabalhadores rurais no município, por exemplo, em 1964, tendo à

frente o pároco local, e a conseqüente imobilidade política nos anos posteriores, pode estar relacionada com esta consideração, além da forte repressão do governo militar.

Porém, é importante lembrar que nessa fase houve uma mudança de comportamento do pároco local em relação à coordenação dos trabalhos comunitários conduzidos até então. Passou de um trabalho eminentemente assistencialista, de orientações pastorais conservadoras (construção da Igreja matriz, por exemplo), para uma atividade considerada como promoção social (representada pelos vários cursos na área técnica de produção hortifrutigranjeira). Esta mudança está intimamente relacionada com as novas diretrizes do bispo da recém criada Diocese de Itabira, em 1965.

Por um lado, essas diretrizes consideravam que os católicos deveriam participar tanto das questões religiosas quanto da realidade social. Esta participação não se verifica pela quantidade de fiéis que frequentavam os cultos, mas pelo aspecto qualitativo da participação, com vistas a desenvolver uma consciência crítica da realidade social, como reflete o então bispo da diocese de Itabira:

"Era preciso convidar o povo a participar de tudo. Participar como sujeito e responsável da ação da Igreja, como agente e não apenas paciente da história. E, o primeiro passo para a participação do povo é o falar. O segundo passo é o falar para lá do convencional, coisa difícil, o fosso mais fundo que aparece na frente do caminho" (NORONHA, 1985, p.186).

Por outro lado, consideravam que o pároco deveria atuar no sentido de promover ações educativas, e não simplesmente

assistencialistas:

"Não basta à gente sem instrução um serviço perfeito, até motorizado, de sacramentos e, quando possível uma missa aos domingos. Realmente a obrigação da Igreja é de desenvolver e de educar primeiramente este povo, para então ensiná-lo a palavra de Deus, vivificar a aprofundar a fé, e então ensinar a cooperar como povo de Deus no desenvolvimento do Mundo" (INFORMATIVO LBA, 1968).

As mudanças ocorridas na condução dos trabalhos comunitários no município refletem a influência da ala progressista da Igreja, representada, principalmente, pela atuação dos bispos progressistas, os quais foram um dos agentes principais que proporcionaram o surgimento da esquerda católica no Brasil.

4.2. A organização da Feira do Produtor e sua transformação em Cooperativa

Em fevereiro de 1972 foi formada a Feira do Produtor, subordinada jurídica e administrativamente às Obras Sociais São Domingos de Gusmão (O.S.S.D.G.), tendo como objetivo principal

"defender econômica e socialmente os seus associados por meio da ajuda mútua, incentivando, planejando e orientando a produção hortifrutigranjeira da região e sua respectiva comercialização". (ESTATUTO DA FEIRA DO PRODUTOR, 1972).

Outros objetivos importantes encontrados no Estatuto da associação se referem: à educação cooperativista como base para formação de uma futura cooperativa hortifrutigranjeira na região; à fixação do homem no meio rural; à eliminação de intermediários na comercialização dos produtos; ao desenvolvimento regional.

Com a criação da Feira do Produtor, as lideranças políticas locais empenharam-se no trabalho junto a esta associação como uma forma de desenvolver o meio rural. Isto levou tais lideranças a envolver órgãos do governo estadual e empresas estatais diretamente no trabalho comunitário, seja através de liberação de recursos ou da presença de técnicos conduzindo determinadas atividades no local. Assim, os cursos intensivos na área técnica de produção hortifrutigranjeira, organizados e coordenados pela EMATER, SUDECOOP e Secretaria da Agricultura foram um fator significativo da presença do Estado para o crescimento da associação, em termos de produção. Outro fator foi a atuação dos dirigentes locais no sentido de motivar os pequenos produtores a participar com a entrega de produtos à Feira do Produtor,

"através de visitas de casa em casa, avisos, pequenas explicações ou notícias de outras comunidades durante reuniões de caráter religioso". (ATUALIDADES, 1972).

Em 1973, foi elaborado, pela FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (1973), um projeto de implantação de uma cooperativa hortifrutigranjeira que envolveria toda a região do Vale do Rio Doce. Os principais fatores que levaram à realização desse projeto ("Cooperativa Hortifrutigranjeira do Vale do Rio Doce - COOPERVALE") foram:

"a formação de uma sólida comunidade produtora e o atendimento das crescentes necessidades dos mercados consumidores" (DIÁRIO DE MINAS, 1973).

Este projeto foi discutido nesse mesmo ano, num encontro de produtores com o Secretário da Agricultura, autoridades do Governo Federal e do Sistema Operacional da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SOAPA - MG), além da presença de onze prefeitos

das cidades vizinhas. Entretanto, o referido projeto não foi concretizado por falta de recursos financeiros.

Em 1974, a Fundação Inter-Americana financiou a implantação de uma fábrica de farinha e outros derivados de mandioca, instalação de câmaras de maturação de bananas, laranjas e outros produtos, câmara fria para conservação de legumes e frutas, além de uma frota de transportes (FORUM RURAL, 1975). Com esses recursos, a Feira do Produtor cresceu, expandiu a produção hortifrutigranjeira, novas lojas para a comercialização dos produtos nas cidades vizinhas (João Molevade, Nova Era, Acesita e Itabira) foram abertas e algumas lideranças locais, influenciadas pelo prefeito municipal e agrônomo, passaram a atuar no sentido de desmembrá-la das Obras Sociais.

"Com o crescimento da Feira do Produtor, como empresa e como parte das Obras Sociais, tornou-se clara a necessidade de uma reestruturação das Obras Sociais, que é uma tarefa de estudo e aprofundamento para todos durante o ano de 1977"
(RELATÓRIO DAS OBRAS SOCIAIS, 1977).

Após a implantação de toda esta infra-estrutura, os líderes políticos locais e os dirigentes das Obras Sociais divergiram em torno da idéia de transformar a Feira em Cooperativa.

A partir de 1977, vários foram os argumentos contra e a favor da transformação da Feira em Cooperativa. Por um lado, a diretoria das Obras Sociais liderada por uma freira, se posicionava contra a transformação, dando o seguinte parecer:

"Parece muito cedo para a Feira se desligar das Obras Sociais. O passo seria muito arriscado. Antes que se possa tomar esta decisão com segurança, é necessário mais trabalho em equipe, mais organização da engrenagem toda da Feira e sobretudo mais formação da mentalidade cooperativista entre os sócios. Precisamos aprender juntos as regras do jogo e observá-las de verdade, durante uns tempos, para que a organização adquira um amadurecimento maior". (NOTÍCIAS DA FEIRA DO PRODUTOR, 1977).

A diretoria das Obras Sociais acreditava que o desenvolvimento social dos associados à Feira do Produtor estava relacionado à aquisição da auto-confiança, na vontade de progredir e na solidariedade. Desta forma, o progresso econômico da região seria mais lento, porém, a longo prazo, acreditava ser mais eficiente. Neste sentido, argumentava que a Feira do Produtor, estando ligada às Obras Sociais, permitiria que a atenção fosse dirigida ao pequeno produtor, ou seja:

"as Obras Sociais, ao criar a Feira, optaram por um desenvolvimento rural que visava o pequeno agricultor. Este projeto foi fundamental também na obtenção dos recursos Norte-americanos. As Obras Sociais continuaram acreditando que valeria a pena contribuir para que o povo, em vez de empobrecer, crescer devagar, sem mudar suas condições de proprietários rurais". (NOTÍCIAS DA FEIRA DO PRODUTOR, 1978).

Por outro lado, o grupo que se empenhou no trabalho de transformar a Feira do Produtor em Cooperativa, considerava que legalmente a associação não poderia operar e que a comercialização era limitada por este fator. Assim, este grupo considerava que:

"a produção hortifrutigranjeira, através do sistema cooperativista, possibilitaria maiores benefícios dos produtores e consumidores, quer pela diminuição da influência da intermediação, quer pelas economias que se obteriam com maiores volumes de transações". (ATUALIDADES, 1973).

Neste sentido, foram mobilizados vários órgãos e entidades que apoiavam a transformação, tais como: SUDECOOP, Secretaria da Agricultura, EMATER, Sindicatos, Cooperativa Agropecuária, CAMIG, IBC, BEMGE e Minas Caixa.

Em agosto de 1978, este grupo divulgou uma nota explicativa com o seguinte título: "Modificações que Poderiam Surgir com a Transformação da Feira do Produtor em Cooperativa Agrícola" (LIMA et alii, 1978). Esta nota explicativa foi uma resposta às argumentações da diretoria das Obras Sociais e ao mesmo tempo uma demonstração das vantagens que uma cooperativa poderia proporcionar aos associados à Feira do Produtor, tais como:

"Quanto aos sócios, continuará a mesma coisa. Não há distinção entre pequeno e grande. Como cooperativa, a mudança está ligada à questão legal junto ao comércio, entidades de fiscalização, etc. O tratamento com as pessoas continuará da mesma maneira; poderão ser recebidos os atuais produtos e ainda café, milho, feijão, arroz, e outros; na cooperativa o voto é igual. Cada sócio tem direito a um voto. Todos podem votar e serem votados para fazer parte da Diretoria ou dos conselhos. Tudo depende de cada associado ser membro ativo e não passivo (que pensa por si e vive nas mãos dos outros)".

A nota termina dirigindo-se aos associados a seguinte mensagem:

"Caro colega e sócio da Feira: você é capaz de pensar por si. Estas informações e outras que você tem recebido são pontos de vista; pense em você e nos 3.000 agricultores de sua região; apenas 150 estão realmente mandando produtos; devíamos ter chegado a 2.000 sócios; por que será que o carro não anda? Onde está o problema? Quem está travando as coisas?"

Em reunião das Obras Sociais realizada a 06 de agosto de 1978, os dois grupos discutiram a questão e aceitaram a

proposta de realizar uma Assembléia, marcada para o dia 27 do mesmo mês, para a decisão final. Entretanto, com relação ao direito de votar, havia diferença de opinião. Um lado sustentava que todas as pessoas associadas e "quites" deveriam ter o direito de voto, enquanto a diretoria defendia que apenas os sócios ativos deveriam votar, conforme o regimento interno¹⁸. Todavia, na Assembléia do dia 27 de agosto votaram todos os sócios presentes. Dos 176 sócios que votaram, 104 foram a favor da transformação da Feira em Cooperativa e 71 queriam que a Feira continuasse com as Obras Sociais, havendo um voto nulo.

É importante lembrar que durante os anos de 1977 e 1978, período em que as discussões sobre a transformação da Feira do Produtor em Cooperativa polarizaram-se em dois grupos com concepções diferentes de desenvolvimento, o pároco local deixou de exercer o sacerdócio e se afastou da direção da Feira do Produtor (início de 1977), época em que assumiu, em Belo Horizonte, o 'Projeto de Complementação Alimentar'. Assumiu, então, a direção da Feira do Produtor, o ex-prefeito do município e agrônomo, o qual estimulou intensivamente a transformação da Feira em Cooperativa. Entretanto, o ex-pároco local não se afastou totalmente do processo de transformação da Feira em Cooperativa, assumindo, em 1978, a presidência da recém fundada "Cooperativa Agro-Industrial de São Domingos do Prata Ltda - CORPRATA".

4.2.1. A promoção social e o desenvolvimento econômico

Reunindo apenas os interesses de uma categoria social, os pequenos produtores, a Feira do Produtor representou, inicialmente, um "meio de barganha" em relação ao mercado regional de hortifrutigranjeiros, tendo como lema:

"Feira do Produtor - Produtos da Região para a Região."

Isto significava, para a liderança, a possibilidade destes produtores superarem as condições que os empurravam para uma situação de marginalidade econômica e social. Assim, as lideranças comunitárias passaram a adotar o conceito de "promoção social"¹⁹. Este conceito tem o sentido de capacidade de iniciativa, capacidade dos produtores em tomar decisões do tipo:

"não queremos mais ganhar, queremos produzir".

Com o desejo de produzir, o aumento da renda seria uma consequência e, assim, estaria estabelecida a base do desenvolvimento econômico. Neste sentido, foi fundamental o incentivo às relações de amizade, de generosidade e de união entre os produtores, tendo por base os ensinamentos da doutrina social da Igreja. Entretanto, esta nova forma de reflexão e ação do pároco local não eliminou os traços característicos da intervenção tutorial.

A organização da Feira do Produtor constituiu-se apenas em uma forma de ação defensiva em comum dos pequenos produtores do município. Esta ação defensiva, diante da forte penetração do capital na agricultura, marcada pela consolidação do chamado "Complexo Agroindustrial", foi assumida pelo pároco

local, que se colocou como membro carismático de sua comunidade. Desta forma, suas reflexões o conduziram a integrar aqueles membros de sua comunidade que se encontravam dispersos diante de um problema comum (a comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros), colocando-se como coordenador, possuidor do carisma que o designa à direção da comunidade²⁰:

"Saía um jippe, uma caminhonete vendendo de porta em porta, produtor combatendo produtor, produtor contra produtor. Pensei comigo: isso não pode continuar! Vamos unir o produtor para fazer uma Feira, que nós chamamos de 'Feira do Produtor' nas Obras Sociais de São Domingos de Gusmão. Porque se fosse fundar uma entidade iria demorar muito, então, já tinha uma entidade já formada" (Palestra, 1989).

Ao assumir a liderança da associação, canalizando os anseios dos pequenos produtores rurais e representando-os perante a sociedade, o pároco local tornou-se o "advogado" dos associados. Ou seja, aquela pessoa que assume a responsabilidade de falar e de decidir por um grupo, pela associação. Este posicionamento do pároco e também da direção das Obras Sociais, ao mesmo tempo que proporcionava a solução dos problemas de ordem técnico-econômico dos associados, impedia-os de identificar a sua própria realidade social, no sentido de desenvolver um conflito (percepção do adversário) e romper os limites do sistema em que ocorre a ação (questionamento do poder que o adversário representa). Além disso, o período pelo qual passou a Feira do Produtor foi marcado pela forte repressão do regime militar às formas autônomas de organização popular. Deste modo, a Feira do Produtor significou para seus associados:

- a) "um local garantido para vender os produtos, que eram mascateados anteriormente";

- b) "esperança em melhorar de vida, no aspecto financeiro";
 c) "o pobre, tudo que tinha de sobra mandava para a Feira" (Entrevistas, 1989).

A presença constante de órgãos e instituições governamentais, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), EMATER, PIPMO, SUCECOOP e Fundação João Pinheiro, atuando junto ao Movimento Associativista Rural no município, é marcante nessa fase. A atuação desses órgãos junto à Feira do Produtor significou a intervenção direta do Estado, através de suas políticas de integração social, na redefinição dos caminhos que a associação deveria seguir. Assim, com o desenvolvimento econômico alcançado pela associação, as lideranças que estavam ligadas ao pároco local, articuladas com os órgãos do governo, estimularam intensivamente a transformação da Feira do Produtor em Cooperativa²¹. Entretanto, quando foi colocada esta possibilidade pela direção da Feira do Produtor à direção das Obras Sociais, houve divergências quanto ao destino da associação.

Por um lado, a direção da Feira do Produtor, liderada pelo prefeito municipal e agrônomo, acreditava no desenvolvimento econômico da associação e seu desmembramento das Obras Sociais como um meio de desenvolver economicamente o município. Por outro lado, a direção das Obras Sociais, liderada por uma freira, acreditava no desenvolvimento social, através da aquisição da auto-confiança, na vontade de progredir e na solidariedade, "acreditava que os minifundistas poderiam ser pequenos capitalistas". A concepção de desenvolvimento na percepção da freira pode ser mais esclarecida com suas próprias palavras:

"sou contra a socialização dos meios de

produção. As pessoas têm que sentir o seu próprio crescimento, têm que ser proprietárias mas visando a cooperação, a ajuda mútua (Entrevista, 1989).

Tendo em vista a situação econômica e política do país ser, nesse período, favorável ao aumento da "produção e produtividade agrícola" (políticas de modernização agrícola), os incentivos do Estado para a fundação de cooperativas foram um fator importante para entender a transformação da Feira do Produtor em Cooperativa. Assim, com o processo de desenvolvimento econômico em que foi envolvida a Feira do Produtor, tornou-se necessário que a organização adquirisse um caráter formal, do ponto de vista dos órgãos governamentais e de parte das lideranças locais, para que pudesse cumprir, efetivamente, o papel de impulsionadora do desenvolvimento das forças produtivas, de consumidora de produtos agroindustriais (adubos, sementes e agrotóxicos) e de intermediária da intervenção do Estado.

4.3. A Cooperativa Agro-Industrial de São Domingos do Prata e a implantação da Usina de Alcool

No final de 1978 a Feira do Produtor passa a ser denominada "Cooperativa Regional Agro-Industrial de São Domingos do Prata (CORPRATA)", tendo como primeiro presidente o ex-pároco local. Inicialmente, os trabalhos conduzidos nesta fase caminharam no sentido de concretizar as argumentações da fase anterior, procurando ampliar a comercialização e aumentar o volume de vendas, bem como motivar a participação dos associados através de reuniões em pequenos grupos nas comunidades e na sede,

nos dias de pagamento. Ou seja, por um lado tentou-se introduzir modificações estruturais na associação dos produtores, através de novos mecanismos de comercialização e planejamento da produção, dentro de uma visão empresarial comunitária e, por outro lado, tentou-se integrar os produtores à Cooperativa através de uma educação cooperativista orientada pela SUDECOOP.

O trabalho educativo orientado pela SUDECOOP parece não ter atingido seus objetivos básicos, segundo a análise de VALADARES (1979):

"o projeto de educação para constituição da Cooperativa cumpriu seu papel político - transformar a Feira em Cooperativa - mas não atingiu outros objetivos básicos pois não foram criados meios de dar continuidade aos trabalhos educativos. Não se conseguiu: conscientizar o associado sobre a nova realidade da qual ele iria participar, e sobre as vantagens econômicas e sociais do cooperativismo; anular os efeitos do modo paternalista como eram conduzidos os negócios da Feira" (VALADARES, 1979).

No entanto, a partir de 1980, os dirigentes da Cooperativa voltaram suas atenções para a possibilidade de participarem de um grande empreendimento nacional no setor agroindustrial. O Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) apresentava-se, nessa época, como opção rentável para plantadores de cana-de-açúcar. A Cooperativa sentiu a possibilidade de se integrar a esse complexo agroindustrial. Logo em 1981, enviou uma circular/convite aos produtores rurais sobre "Mutirão do Plantio de Cana", com o seguinte conteúdo:

"Não é preciso dizer muita coisa, pois você caro amigo, já percebe a importância deste empreendimento para nós, hoje, e para nossos filhos, netos, bisnetos e tataranetos... contaremos com a presença do I.A.A. (Instituto

do Açúcar e do Alcool) e da Cooperativa de Plantadores de Cana de Ponte Nova para nos orientar e ajudar no plantio e não para fazer palestras".

Este mutirão foi o primeiro passo para a formação de um viveiro com vistas ao aumento da produção da cana-de-açúcar e conseqüente implantação de um projeto de Destilaria de Alcool.

Todo o esforço da Cooperativa voltou-se para a implantação desse projeto. Em junho de 1981 foi enviada uma correspondência ao presidente da PETROBRAS pedindo apoio ao projeto. Esta correspondência dizia:

"A região indicada é tradicionalmente canavieira e a expansão da fronteira agrícola em uma nova atividade constitui o objetivo permanente de crescimento da cooperativa, sem entretanto afetar negativamente a situação de outros produtos agrícolas".

Com relação à questão de ser uma região tradicionalmente canavieira e à preocupação em não afetar outros produtos agrícolas, o relatório de vistoria técnica, realizado por um agrônomo da BRASÁLCOOL S/A, alertava que "a região não apresenta tradição na cultura da cana-de-açúcar" e que os produtores, na sua maioria, não apresentavam capacidade técnico-empresarial que o projeto exigia,

"havendo necessidade de ser contratado pela cooperativa, um eficiente corpo técnico para assessoramento direto, assim como realizar um perfeito organograma das técnicas a serem utilizadas, caso contrário, o eventual sucesso do mesmo estará seriamente comprometido"
(BRASÁLCOOL, 1981).

O projeto de implantação contava com apoio da Prefeitura Municipal, políticos da região, Companhia Vale do Rio

Doce e governo do estado, como bem relatou em Assembleia o Diretor Comercial da CORPRATA:

"...falou sobre a importância do Projeto da Destilaria e o trabalho para não perdermos esta oportunidade pois estamos contando com apoio da Cia. Vale do Rio Doce e o Governo do Estado" (CORPRATA, 1981).

Em março de 1982, foi aprovado financiamento, pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), para formação do viveiro de mudas de 40 hectares e, em 1983, foi aprovado pela Comissão Executiva Nacional do Alcool (CENAL), o projeto para implantação de uma microdestilaria de álcool com capacidade de 10.000 litros/dia, através de financiamentos do Banco Mundial, BIRD, BDMG e Banco do Brasil, no valor de 117.871, 2 OTN²². No final do ano de 1982, o ex-pároco local deixou a presidência da Cooperativa para se candidatar a vice-prefeito do município (cargo que irá ocupar durante seis anos, 1983 a 1988). Assume o seu lugar na Cooperativa o vice-presidente.

Implantada a microdestilaria em 1985 e com início de sua produção prevista para 1986, época em que o Governo Federal lançou o plano de estabilização econômica e que o preço do barril de petróleo estabilizou-se abaixo do preço do álcool, houve consequentemente, por parte do governo, restrição a financiamentos para produção do combustível. Com isso, a operacionalização da microdestilaria ficou restrita a um ano apenas de funcionamento, produzindo 137.000 litros de álcool no ano de 1987.

Com o agravamento da crise do álcool, a Cooperativa tentou viabilizar o investimento feito até então, através de negociações para o estabelecimento de uma sociedade com empresas

do setor, como a ALCOTEC e a Cooperativa de Proprietários de Táxi de Belo Horizonte. As tentativas foram frustradas. Restava, então, recorrer ao corpo político do município, o qual era limitado para dar uma solução ao problema, como pode-se verificar na Assembléia Ordinária da Cooperativa, em 30 de março de 1988:

"o prefeito municipal disse que assumia a palavra como prefeito e como produtor rural. Chamou a atenção da Assembléia para o grave prejuízo do projeto Destilaria, ficando ele que acompanhou todo esforço da diretoria, mas a crise financeira independe dela". [Esta Assembléia terminou com a] "oração do Pai Nosso e todos com as mãos em sentido de aclamação pedindo a Deus, fé, coragem e luz para o ano de 1989, os problemas projeto Destilaria estejam sanados e o setor Feira do Produtor continue cada vez mais sólido pois representa o suor de todos" (CORPRATA, 1988).

A Cooperativa continuou com a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, porém, houve um declínio desta atividade, comprando os produtos no atacado na CEASA - MG e distribuindo-os nas lojas existentes. A produção do município para a Cooperativa ficou limitada a poucos associados, os quais se sentiram desmotivados a entregar os produtos pelos preços oferecidos.

4.3.1. A estratégia de expansão

A consolidação do complexo agroindustrial na década de 70 proporcionou o surgimento de inúmeras cooperativas em Minas Gerais, reforçando, ainda mais, as diretrizes do governo militar. O apoio do Estado ao associativismo no município de São Domingos do Prata foi marcante desde o início da criação da Feira do Produtor, através da educação cooperativista, de incentivos

creditícios e atuação de órgãos estaduais ligados ao Sistema Operacional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SOAPA). Como as cooperativas estavam atreladas ao governo, através da legislação e de lideranças que o representavam, os traços de dependência, do clientelismo e da patronagem entre as diferentes categorias de produtores eram cada vez mais reforçados, impedindo a emergência de lideranças autênticas e, conseqüentemente, de movimentos sociais que pudessem fazer oposição ao regime.

Com o crescimento econômico da Feira do Produtor e a sua conseqüente transformação em Cooperativa, novas categorias de produtores passaram a integrar o quadro de associados. Estas novas categorias não tinham nenhuma tradição como produtores de hortifrutigranjeiros, mas detinham um poder de influência considerável nas decisões políticas do município e estavam ao lado das lideranças que conduziam a Cooperativa. Esses produtores eram mais capitalizados, possuíam áreas de terras maiores e eram tradicionais no comércio da região, geralmente produtores e comerciantes de gado leiteiro²³.

Os interesses desses produtores mais capitalizados não eram os mesmos da maioria dos associados, que eram pequenos produtores. Desta forma, a Cooperativa passou a reunir diferentes categorias de produtores com interesses divergentes. Aqueles mais capitalizados estavam mais interessados numa atividade que pudesse proporcionar altos retornos financeiros. Passaram, então, a influenciar no estabelecimento de novos objetivos e metas junto à diretoria da Cooperativa. O objetivo principal foi a expansão da Cooperativa através da implantação de uma usina de álcool,

que, segundo seu presidente, seria uma

"alternativa para o desenvolvimento: o álcool daria sustentação financeira aos produtores hortifrutigranjeiros. A idéia partiu da diretoria" (Entrevista, 1989).

Apesar da articulação de diferentes interesses dos produtores no interior da Cooperativa, hortifrutigranjeiros versus cana-de-açúcar, se processar mais no sentido de favorecer aqueles mais capitalizados, para o ex-pároco local, tais interesses poderiam ser perfeitamente conciliados. Esta concepção levou-o a defender a presença dos pequenos produtores no seio da Cooperativa, apesar da maioria destes não ter expectativas quanto à implantação da usina de álcool.

- a) *"essa decisão foi tomada por gente de cima. Os pequenos aprovaram como termo de garantia";*
- b) *"votei a favor (...) a gente não tem muito conhecimento da coisa";*
- c) *"confiava na diretoria da Cooperativa" (Entrevistas, 1989).*

A permanência de diferentes categorias de produtores com interesses divergentes, por outro lado, foi possível por não ocorrer o questionamento da realidade social e econômica em que viviam. Assim, a Cooperativa obscurecia os antagonismos entre os produtores, esperando que houvesse uma comunhão de bens materiais: a cana-de-açúcar subsidiaria a hortifruticultura. Este fato favorecia apenas aqueles produtores mais capitalizados pois seus interesses estavam sendo efetivamente atendidos: implantação de uma atividade lucrativa (a produção de álcool) compatível com seus recursos financeiros e disponibilidade de terras.

Com as atenções da Cooperativa voltadas para a produção de álcool, a produção hortifrutigranjeira da região ficou relegada a segundo plano, desestimulando os pequenos produtores a entregar seus produtos. A Cooperativa passou, então, a adquiri-los em grande quantidade na Central de Abastecimento de Minas Gerais (CEASA - MG), para garantir o fornecimento aos consumidores da região. Este fato provocou a saída de grande parte dos pequenos produtores da Cooperativa. Eles consideravam que ela

"está passando por uma crise: ela compra tudo da CEASA. Está tudo difícil. Acaba desanimando os pequenos produtores. Hoje eu não mando mais verduras para a Cooperativa, vendo tudo para terceiros. Eles aventuraram demais".
(Entrevista, 1989).

Posteriormente, com a crise do PROÁLCOOL e a inviabilidade econômico-financeira para manutenção da usina de álcool, aqueles produtores capitalizados também deixaram a Cooperativa.

4.4. Organização do Grupo Integrado para o Progresso do Prata (GIPP)

O Grupo Integrado Para o Progresso do Prata (GIPP) é constituído por um pequeno grupo de pessoas voluntárias preocupadas com o desenvolvimento rural do município. Este grupo foi criado pelo ex-pároco local em 1988. É uma associação sem fins lucrativos, orientada no sentido de integrar o pequeno produtor, marginalizado do processo de participação da Cooperativa, tendo a preocupação com o que denominam de "promoção humana integral" (educação, ecologia, programas alternativos de desenvolvimento,

saúde preventiva, alimentação e agricultura ecológica). A atuação deste grupo desenvolveu-se no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Comunitário (CDC), o qual é constituído por representantes eleitos pelas comunidades que organizam as Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACDs).

Durante sua gestão como vice-prefeito (1983-1988), o ex-pároco local empenhou-se na criação e desenvolvimento das Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD's), com o objetivo de levantar as prioridades do meio rural do município e estabelecer uma forma organizada de atender às necessidades básicas da população rural. As associações encontram-se distribuídas nos cinco distritos do município, ligadas ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário (CDC), o qual reúne apenas os presidentes das associações eleitos pela comunidade. As necessidades e a ordem de prioridades são, segundo o ex-pároco, levantadas pela própria comunidade:

"vamos fazer um mapa da nossa comunidade? Assim, deixamos à vontade. O papel nós fornecemos. Surgiram mais de quarenta mapinhas, contendo o número de pessoas na família, de casa número tal, idade, escolaridade, profissão (...). (...) Interessante. Já chegaram a dizer: primeiro isto; segundo isto; terceiro aquilo. O pessoal da roça tá chegando a esse ponto de percepção do que é realmente prioritário para a comunidade. (...) O objetivo principal é a fixação do Homem no campo" (Palestra, 1989).

As Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD's) são sustentadas financeiramente pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), Divisão de Educação para o Trabalho (DET), através de projetos como: hortas caseiras, escolares e comunitárias; corte e costura; confecção de cobertas e agasalhos; material de limpeza,

arte culinária e artesanato; pequenos animais; "grupos de produção"; "confeção de blocos e pré-moldados"; creches comunitárias.

Com a finalidade de alterar o processo de migração rural/urbano, este grupo desenvolve seus trabalhos com os seguintes objetivos:

- (a) *"Desenvolver a ação no sentido de atuar como agente facilitador de implementação e implantação de ações sócio-educativas e econômicas de saúde e ecologia, ligadas principalmente às áreas rurais.*
- (b) *Atuar como centro de divulgação e implantação de técnicas alternativas na produção e armazenagem. Organizar a compra de máquinas e implementos agrícolas para as comunidades e realizar a comercialização da produção das comunidades rurais proporcionando a maior lucratividade possível.*
- (c) *Atuar como centro de divulgação e conscientização para melhoria de saúde, através da alimentação integral e medicação através de ervas medicinais.*
- (d) *Apoiar socialmente a criança e o jovem e respectivas famílias, facilitando a satisfação de suas necessidades sócio-culturais, pelo trabalho junto a seus grupos de origem e sua comunidade.*
- (e) *Restabelecer a harmonia entre produção agrícola e ecologia.*
- (f) *Capacitar o pequeno produtor para enfrentar a competitividade e melhorar sua renda e o nível de vida do homem rural para que sua família se estabeleça na propriedade evitando o êxodo do camponês para os grandes centros"²⁴*

4.4.1. Desenvolvimento alternativo

A origem do Grupo Integrado para o Progresso do Prata (GIPP) foi mais uma tentativa de resgatar o desenvolvimento dos pequenos produtores rurais do município, os quais foram marginalizados do processo de participação da Cooperativa, tendo

como liderança o ex-pároco local. Assim, o GIPP se colocou como um meio alternativo para resolver alguns problemas de caráter técnico-econômico dos produtores. A concepção de desenvolvimento alternativo está relacionada à divulgação e implantação de técnicas alternativas de produção, fundamentadas no método de agricultura natural.

Apesar de ter uma proposta diferente ou "mais moderna", que eles denominam de "promoção humana integral", com a inclusão de aspectos ecológicos, a condução dos trabalhos comunitários seguiu a mesma orientação e metodologia de ação das fases anteriores. Por um lado, os objetivos do GIPP estão centrados na "fixação do homem na terra" e integração dos pequenos produtores ao mercado. Por outro lado, a metodologia de ação está fundamentada numa intervenção de caráter assistencialista com a preocupação em educar os produtores para a produção, utilizando a experiência adquirida:

"O certo é que o GIPP surge num momento histórico de São Domingos do Prata. É um grupo independente de amigos e companheiros que desejam realizar o progresso. Por quê? Aumento da produção, manter uma condução para o envio de agrônomos, assistente social, técnicos cooperativistas, técnicos de pequenos animais, sociólogos e outras pessoas que fossem visitar as comunidades rurais organizadas em ACDs" (Palestra, 1989).

O GIPP não se preocupou em desenvolver um trabalho educativo com os pequenos produtores no sentido de transformá-los em agentes de sua própria mudança social e econômica. Não se preocupou em questionar a realidade social e econômica em que viviam, no sentido deles mesmos identificarem seus próprios problemas e suas causas e encontrarem soluções alternativas. Ao

contrário, os objetivos e metas eram determinados pela diretoria, sem a participação efetiva deles, seguindo o mesmo tipo de intervenção das fases anteriores.

4.5. Pequenos produtores e o movimento associativista rural

Ficou evidenciado, nas seções anteriores deste capítulo, que as ações de intervenção da liderança do Movimento Associativista Rural de São Domingos do Prata (MARS DP) foram de natureza assistencialista. Não havia a preocupação de levar o pequenos produtor a adquirir a capacidade de diagnosticar os seus problemas, identificando suas causas, decidir coletivamente sobre as ações para solucioná-los e desenvolver tais ações sem a interferência tutorial. O caráter assistencialista da primeira fase do movimento, identificada pela fundação das Obras Sociais, manteve-se presente nas demais fases, apesar da liderança, nessas fases, denominar suas ações de "promoção social" ou "promoção humana integral". A ausência de uma metodologia de intervenção que estimulasse a participação dos pequenos produtores, levou-os a assumir um papel passivo em todas as fases do Movimento Associativista, reforçando os traços de dependência e a inclinação à patronagem, o que será demonstrado a seguir.

Foi evidenciado na seção 4.1. que o trabalho comunitário desenvolvido pelas Obras Sociais foi conduzido, fundamentalmente, pelos dirigentes dessa associação e pelas lideranças locais. Eram eles que se reuniam com os técnicos da EMATER, tomavam as decisões, administravam os recursos e planejavam os cursos de olericultura e fruticultura a serem

oferecidos aos pequenos produtores. O caráter passivo do papel desempenhado pelos pequenos produtores pode ser ilustrado pela seguinte declaração, onde o agricultor diz não saber o que eram as Obras Sociais, a organização que o assistia:

"Eu não entendo nem o que seja as Obras Sociais. Lá tinha adubo, calcário para a gente comprar" (Entrevista, 1989).

Os pequenos produtores cumpriam o papel de receptores das novas técnicas. Para eles, a introdução de novas técnicas de cultivo foi uma oportunidade para aumentar a produção e, conseqüentemente, melhorar a renda. As declarações a seguir evidenciam esta situação, indicando, também, o caráter tutorial da liderança do movimento:

"No começo foi uma maravilha. Naquela época nós ganhamos arados, os primeiros adubos foram de graça, animou a pobreza" (Entrevista, 1989);

"A assistência técnica favoreceu demais. O técnico ensinava fazer sabão, plantar uma coisa ou outra" (Entrevista, 1989);

"Eles pagavam a gente pra fazer o curso. É o treinamento que a gente fala. Eles davam adubos, mangueira. Achei bom" (Entrevista, 1989);

"Animação da produção. Criaram hortas comunitárias. Davam incentivo para aumentar o plantio através de financiamento de adubos, sementes" (Entrevista, 1989).

A decisão de criar uma associação para a defesa econômico-social dos produtores, a Feira, que caracteriza a segunda fase do movimento, também não partiu deles, mas sim, da direção das Obras Sociais. Novamente o caráter tutorial da

intervenção estava presente, estabelecendo uma relação distinta entre dirigentes e produtores: os dirigentes cumpriam as funções de planejar e de dirigir a Feira (estabelecendo os objetivos, as metas, os prazos e a aplicação dos recursos) e os produtores cumpriam as funções de produzir e entregar a produção. Assim, os pequenos produtores associados não se constituíram em um grupo que decidia o que fazer, como fazer, onde fazer e com quem fazer, adquirindo a Feira do Produtor, dessa forma, um caráter estritamente comercial. Os seus associados, possuindo os meios de produção, a utilizavam, simplesmente, como um canal de comercialização dos seus produtos, uma vez que ela lhes proporcionava as condições básicas (transporte e pontos de venda):

"Para quem não tinha onde vender era vantagem associar à Feira porque podia produzir muito que tinha quem comprava" (Entrevista, 1989);

"Foi um ótimo negócio. Como eu não tinha transporte, vendia para o mascate. Quando chegou a Feira passei a entregar os produtos para ela" (Entrevista, 1989);

"Existem muitos interesses. Dentre eles o de escoar a produção foi o que me motivou" (Entrevista, 1989);

"Antes de mandar os produtos para a Feira eu comercializava em João Monlevade. Quando criou a Feira passei a levar os produtos para lá" (Entrevista, 1989).

Essa foi a fase do Movimento Associativista que atraiu maior número de produtores. A Feira representava para eles uma possível alternativa de permanência no processo produtivo, evitando o

iminente exodo rural e, assim, garantindo sua identidade como pequenos produtores. No entanto, a natureza tutorial que orientava as ações das lideranças do movimento diminuiu o possível impacto que essa associação poderia ter no sentido de conduzir os pequenos produtores à reflexão sobre as diferentes formas de subordinação e expropriação em que se encontravam, fator que poderia ter favorecido a emergência, entre eles, da auto-confiança, do "poder de contraposição" e consequente mobilização.

O confronto entre as lideranças do movimento, representadas de um lado pela freira e, de outro, pelo prefeito e agrônomo, indica que, no momento de transformação da Feira do Produtor em Cooperativa, chegou a haver um questionamento sobre a natureza tutorial das ações de intervenção adotadas. Todavia, como foi evidenciado na seção 4.2., a decisão de tal transformação foi a nível de liderança. A imagem negativa que possuíam de si mesmos, traduzida no sentimento de impotência para solucionar os seus problemas, levou-os a seguir os líderes e suas propostas de que "ia melhorar", as quais encontraram abrigo no carisma do ex-padre:

"Votei a favor da Cooperativa. As propostas eram melhores. Falavam que ia melhorar. A gente podia crescer mais. Onde todo mundo votou a favor" (Entrevista, 1989);

"Votei a favor. Foi muito bem informado sobre a Cooperativa para os produtores. O padre explicava que ia melhorar" (Entrevista, 1989);

"A gente foi a favor porque a gente não tinha muita leitura. Então a gente confia

muito no outro. O pobre confia nas pessoas e depois elas fazem o que quer" (Entrevista, 1989).

Os produtores esperavam que a transformação da Feira em Cooperativa traria maiores benefícios, representados pelas expectativas de melhores preços e melhores condições de vida. A Cooperativa entrou em crise, suas atividades foram paralisadas com o fracasso da microdestilaria, as aspirações dos pequenos produtores não se concretizaram e estes a abandonaram:

"Esperava receber mais pelos produtos entregues. Esperava melhorar de situação, mas não melhorou" (Entrevista, 1989);

"Todo mundo achou bom, era só plantar e mandar. Achei que isso fosse vantagem. Depois que entrei tive que pagar carreto e não colocava preço nas mercadorias" (Entrevista, 1989);

"Se o negócio da Cooperativa fosse bom, os meus filhos teriam ficado" (Entrevista, 1989).

A Cooperativa e sua microdestilaria representavam, na visão da liderança, o progresso para o município, não importando, mesmo, o fato dele não possuir as condições necessárias para a produção de cana-de-açúcar. Independentemente das condições adversas, a liderança imaginava que com os recursos gerados pela produção de álcool seria possível financiar os programas de desenvolvimento, e tanto os grandes quanto os pequenos produtores seriam beneficiados. A Cooperativa, acolhia, assim, diferentes categorias de produtores com diferentes interesses. Essa ideia encontrou parceria nos órgãos do Estado e mostrou sua ingenuidade

antes do fracasso da microdestilaria. A participação dos pequenos produtores nas decisões da CORPRATA era limitada. Não opinavam no estabelecimento dos objetivos, das áreas prioritárias de ação e das normas da Cooperativa. Além do mais, se sentiam intimidados pela presença dos associados considerados grandes produtores, inibindo a participação nas Assembléias:

"Mais é pequeno produtor mesmo. Mas os grandes que tem abafam os pequenos. O pequeno fala mas não adianta" (Entrevista, 1989);

"A gente chega na Assembléia e já está tudo arrumado. Não adianta falar nada. Já está tudo combinado. A gente vai só pra dizer que teve presente" (Entrevista, 1989);

"Os maiores falavam que tinham que produzir e os pequenos não falavam nada. Eles plantavam um hectare de cenourinha, um de abobrinha. Assim, eles arrasavam a gente. A gente perdeu muito. O preço abaixava" (Entrevista, 1989);

"Ainda tem muitos pobres, mas a força é dos ricos. Tem muita influência nas Assembléias porque para eles as coisas são muito favoráveis, eles tem de tudo. Aonde o pobre fica pra trás" (Entrevista, 1989).

Tais declarações podem, também, ser indicativos de que o Movimento Associativista Rural de São Domingos do Prata não foi capaz de remover dos pequenos produtores o sentimento de impotência e de vitimização. Em outras palavras, a ausência de uma metodologia de intervenção que conduzisse à participação inibiu o desenvolvimento do "poder de barganha" e do "poder de reivindicação" entre os produtores. O sentimento de impotência, demonstrado por alguns entrevistados, conduziu também a atitudes

típicas de patronagem, onde a solução de problemas são colocados nas mãos de outras pessoas:

"Passou para Cooperativa mas não teve nada mais. Não tenho mais esperança. Não tem ninguém para resolver os problemas"
(Entrevista, 1989);

"Eu acho que pra crescer a gente tem que ter ajuda também. Como um filho vai crescer sem ajuda? Tem que tratar ele bem... O filho a gente tem que ter obrigação, para os pequenos ninguém tem obrigação"
(Entrevista, 1989).

A nova fase do movimento, iniciado com a criação do Grupo Integrado para o Progresso do Prata (GIPP), poderá reproduzir os mesmos resultados das fases anteriores, uma vez que não ocorreram modificações no caráter tutorial de intervenção, ainda que tenham sido incluídos no seu programa, temas atuais como ecologia, saúde preventiva e agricultura alternativa. O fato de aproximadamente 90% dos produtores entrevistados terem ouvido falar do GIPP, mas não saberem o que este grupo significa, indica que os agentes de intervenção, novamente, assumem a postura tutorial, identificando os problemas, suas causas e propondo soluções.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento Associativista Rural em São Domingos do Prata foi caracterizado, fundamentalmente, pela tentativa de aumentar a capacidade defensiva de segmentos sociais marginalizados, seja através do assistencialismo, da promoção social, do desenvolvimento econômico ou da "promoção humana integral". Estas fases distintas de organização destes segmentos representaram diferentes estratégias ou formas de intervenção. Estas, por sua vez, foram caracterizadas por meio e ações eminentemente tutoriais para atingir o objetivo proposto.

Como consequência deste tipo de intervenção, o movimento não constituiu um canal de participação efetiva dos segmentos marginalizados pois não significou, para os pequenos produtores pauperizados do município, uma forma de organização que envolvesse o protesto e a luta contra as diferentes formas de exploração, expropriação e subordinação em que se encontravam. Ou seja, os associados apenas legitimavam as decisões tomadas pela direção do movimento, cumprindo um papel burocrático. Além do mais, acreditavam que, como pequenos produtores, não teriam

condições para influenciar no processo decisório da associação:

"Hoje o pequeno está por baixo. Hoje é como disse meu pai: - quem tem muito vale muito, quem tem pouco vale pouco e quem não tem nada não vale nada. E é mentira?" (Entrevista, 1989).

Este tipo de pensamento levou-os a acreditar que a solução de seus problemas dependeria da ação de pessoas mais poderosas, conduzindo-os à patronagem e/ou clientelismo, o que, por seu turno, impediu a emergência de lideranças entre os próprios produtores pauperizados.

Apesar dos grandes esforços da coordenação do movimento estarem voltados para que os segmentos marginalizados (pequenos produtores rurais) adquirissem um poder de contraposição, frente às forças que os empurravam para uma marginalização crescente, não foram proporcionados os meios necessários e suficientes para atingir tal objetivo. A identificação dos problemas e suas causas ficou a cargo da direção do movimento, limitando a participação dos associados apenas à ação defensiva em comum (comercialização). Desta forma, a possibilidade do surgimento de um conflito, identificando um adversário e questionando o poder que ele representa, foi absorvido pela intervenção do pároco, situando-se como um agente carismático que deve integrar os anseios da população de sua comunidade, a qual corria o risco de desagregação (êxodo rural).

Observa-se que o trabalho comunitário desenvolvido pelo ex-pároco local no município de São Domingos do Prata desenvolveu-se, também, no sentido de refletir, organizar e buscar o desenvolvimento de um contingente de pessoas marginalizadas sócio-economicamente, através das experiências

acumuladas. São estas experiências que permitem ao pesquisador a reflexão científica e a evolução do conhecimento:

"a gente está falando aqui de experiência. Muito erro, alguns acertos, muito amor, muito ócio sabe... ou a gente é amado ou é odiado, ou é querido ou é indesejado. Recebi uma carta anônima me mandando para o Iraque... e temos esse conceito que nós achamos no III Congresso Estadual de Orientação Educacional. Gostamos muito deste título. E estamos tentando ver se isto vai assimilando pelas comunidades. Educar é ajudar a pessoa a crescer. Tornar-se dona, senhora de seu destino. Escolher seus próprios caminhos, ser capaz de dizer sim e dizer não". (Palestra, 1989).

O que se observa é que faltou nessa experiência comunitária, uma metodologia de trabalho que proporcionasse a realização das reflexões do ex-pároco, como as citadas acima, no sentido de educar a população. Esta educação deve ser entendida como um processo onde indivíduos adquirem a capacidade de diagnosticar e analisar seus próprios problemas, decidir coletivamente sobre as ações para solucioná-los e desenvolver tais ações sem a interferência tutorial. Desta forma, a administração da Feira do Produtor, da Cooperativa ou do GIPP teria um caráter democrático, cooperativo e educativo. Democrático porque as decisões não seriam tomadas por uma cúpula administrativa, mas através da participação dos membros em todo o processo administrativo, desde o planejamento até a execução. Esta participação, assim, pressupõe que os membros possuam consciência de todo o processo administrativo e dos objetivos da organização, desenvolvendo uma identidade (consciência da realidade social da organização), uma oposição (identificação do adversário) e uma totalidade (questionamento do poder que o adversário representa), daí o caráter educativo. A cooperação

significaria a solidariedade e o empenho dos membros na realização dos objetivos propostos, cada um participando com suas habilidades e exercendo uma função em benefício do próprio grupo.

Para que se realize um trabalho no sentido de educar os produtores rurais, para que estes possam adquirir a autoconfiança e administrar democraticamente a organização de que fazem parte, é necessário utilizar uma metodologia de intervenção adequada. Neste sentido, a Pesquisa-Ação pode ser uma alternativa, na medida em que os próprios membros da organização forem envolvidos num processo de reflexão-ação-reflexão sobre a realidade em que vivem, buscando transformar essa mesma realidade. Assim, pode-se evitar a dependência dos associados em esperar que os membros, que ocupam as instâncias de direção, identifiquem os seus problemas, as suas causas e proponham soluções.

Vale ressaltar, finalmente, que as informações contidas neste trabalho podem ser utilizadas para novos estudos, por exemplo, no que se refere às diferentes formas que o Estado utiliza para intervir no processo de organização de pequenos produtores. Ficou evidenciado na transformação da Feira do Produtor que o Estado interveio mediante seus órgãos relacionados ao associativismo (cooperativa) em favor de grupos hegemônicos locais.

6. RESUMO

O presente trabalho de pesquisa "Movimento Associativista Rural e Igreja em São Domingos do Prata" (MARS DP), teve como objetivo estudar as razões da gênese e desenvolvimento de uma experiência associativista, conduzida sob a influência da Igreja Católica. Para tal pesquisa, adotou-se a abordagem interpretativa, fundamentando-se nas técnicas de pesquisas qualitativa. Este Movimento Assoativista estendeu-se ao longo de 30 anos, apresentando diferentes formas de organização: (a) Obras Sociais São Domingos de Gusmão (O.S.S.D.G.); (b) Feira do Produtor; (c) Cooperativa Regional Agro-Industrial de São Domingos do Prata LTDA (CORPRATA); (d) Grupo Integrado para o Progresso do Prata (GIPP). Estas fases distintas de organização não representam mera expressão cronológica do movimento, uma vez que refletem: (i) as concepções da Igreja Católica sobre os problemas sociais no campo, reinterpretadas pelas lideranças do movimento; (ii) a influência do Estado no controle sobre as organizações populares; (iii) os anseios de organização de pequenos produtores e trabalhadores rurais. O MARS DP significou a tentativa de aumentar a capacidade defensiva de

segmentos sociais marginalizados, através de intervenções eminentemente tutoriais. Como consequência, o movimento não representou um meio de protesto e luta contra as diferentes formas de subordinação em que tais segmentos se encontravam. Estes segmentos apenas legitimavam as decisões tomadas pela direção do movimento.

7. SUMMARY

This research work "Rural Associative Movement and the Church in São Domingos do Prata" had as a goal to study the reasons for the genesis and development of an associative experiment conducted under the influence of the Catholic Church. For this research an interpretative approach was adopted based on qualitative research techniques. This Associative Movement extended for 30 years, showing different types of organization: (a) São Domingos de Gusmão Social Works (O.S.S.D.G.); (b) Farmer's Market; (c) Regional Agro-industrial Cooperative of São Domingos do Prata Ltda (CORPRATA); (d) Integrated Group for the Prata Development (GIPP). These distinct phases of organization don't represent mere chronological expression of the movement because they reflect: (i) The catholic church conception about social problem in rural areas reinterpreted by movement leadership; (ii) The state influence on control over the popular organizations; (iii) The strong desire of small farmers and rural workers for organization. The MARS DP meant the attempt to enlarge the defensive capacity of socially marginalized segments mainly through tutorial interventions. As a consequence, the movement

didn't represent a way of protest or fight against the different forms of subordination under which those segments were present. These segments only legitimated the decisions made by the movement leadership.

8. NOTAS

- 1 - Como: "estudo de campo", "estudo qualitativo", "perspectiva interna", "interpretativa", "etnometodologia", "ecológica", "história oral", "história de vida", "pesquisa-ação", "pesquisa participante", "entrevista em profundidade", "pesquisa qualitativa e fenomenológica" e outros.
- 2 - O movimento operário só existiu porque ele não considerou a industrialização somente como um instrumento de lucro capitalista, mas quis construir uma sociedade industrial não-capitalista, anti-capitalista, livre da apropriação privada dos meios de produção e capaz de um desenvolvimento superior (TOURAINÉ, 1977).
- 3 - Diferentes autores analisam estas diversas questões: TOURAINÉ (1977); SILVA & RIBEIRO (1985); VIGEVANI (1989); CARDOSO (1983); MELLUCCI (1989).
- 4 - Veja, por exemplo: MELLUCCI (1989); SINGER (1982); CARDOSO (1983).
- 5 - Segundo PAIVA et alii (1976), aproximadamente 40% do aumento da produção agrícola nos estados do Sul, entre 1949 e 1969, relacionou-se com o aumento de produtividade e em São Paulo, essa percentagem atingiu 93%. A agricultura nessas áreas entrava em uma nova fase, ou seja, a de capitalização do processo produtivo.
- 6 - Em 1960-62, quando a pressão chegou ao máximo, o salário diário de um camponês mal dava para comprar um litro de farinha de mandioca (FURTADO, 1964).
- 7 - Cambão ou Condição é uma forma de pagamento do camponês, em trabalho gratuito, ao proprietário da terra, além do foro. Foro é o aluguel da terra pago pelo camponês, em dinheiro, ao proprietário. Sujeição é a obrigatoriedade do camponês de plantar determinado produto, sendo o comprador, em geral, o proprietário da terra.
- 8 - BASSANI (1988) também faz uma análise semelhante em "Política e Ideologia: a questão agrária do ponto de vista da Igreja Católica no Brasil (1950-1964)".
- 9 - As primeiras iniciativas neste sentido foram as inovações na implementação da doutrina social, como por exemplo o Movimento por um Mundo Melhor (MMM), que buscava a defesa

- dos valores morais tradicionais, procurando exercer uma ação normativa sobre os meios de comunicação de massas, já que se definia como um movimento voltado para educar as massas (STARLING, 1986). Para maiores esclarecimentos sobre o papel desta doutrina social da Igreja Católica na cruzada anticomunista, veja STARLING, H.M.M. Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o Golpe Militar de 1964. Petrópolis, Vozes, 1986. 378p. Veja cap. 5, pp. 213-242.
- 10 - Havia na Igreja três agentes principais que proporcionaram o surgimento da esquerda católica: os jovens radicais, os bispos progressistas e os progressistas nas bases (MAINWARING, 1987, p.129).
 - 11 - Para maior aprofundamento nas questões referentes às análises sobre distribuição de crédito rural no Brasil, veja MOLINAR (1984); SCHNEIDER (1976); DELGADO (1985).
 - 12 - A unidade diz respeito à uniformidade de uma mesma doutrina, um mesmo discurso, uma mesma liturgia, uma mesma ordenação eclesiástica, uma mesma moral e, se possível, de uma mesma língua (latim). A santidade diz respeito às grandes virtudes do fiel: obediência; submissão eclesiástica; humildade; e referência total à Igreja (ser batizado ou religioso para servir à Igreja). A catolicidade articula-se estreitamente com a unidade e privilegia o aspecto quantitativo: a mesma Igreja presente no mundo inteiro. A apostolicidade diz respeito à propriedade de um só grupo - os bispos, sucessores dos apóstolos. (BOFF, 1981, p.164-165). Os grifos são do autor da Dissertação.
 - 13 - "Mobilização é quando as pessoas reconhecem um problema e, não conseguindo resolvê-lo sozinho, sentem que unidos poderão fazê-lo. Compromisso é a consciência da importância dos objetivos do grupo, por parte da liderança e dos outros membros. Solidariedade é a predisposição a colaborar para a consecução das atividades propostas pelo grupo" (GALJART, 1981).
 - 14 - Nesta abordagem, o conceito de cooperativa incorpora diferentes formas de cooperação, incluindo tanto grupos informais de auto-ajuda e pré-cooperativas quanto organizações complexas. Cooperativa é, dessa forma, definida como: "uma associação de pessoas, usualmente com recursos limitados, que se dispõem a trabalhar juntas e de forma contínua, possuem um ou mais interesses comuns e que, por estes motivos, formaram uma organização democraticamente controlada, onde custos, riscos e benefícios são equitativamente divididos entre os membros" (VERHAGEN, 1984, p.19).
 - 15 - Os objetivos estão expressos na ata de fundação das Obras Sociais São Domingos de Gusmão da Igreja de São Domingos do Prata, a 18/02/1960.
 - 16 - Zonais significavam a divisão do município em regiões (norte, sul, leste e oeste) o que, por sua vez, eram divididas em comunidades ou zonas de atuação religiosa.
 - 17 - Células comunitárias eram pequenas organizações constituídas por produtores de pequenas comunidades, tanto urbanas quanto rurais, correspondendo à divisão do município em zonas e zonais.

- 18 - O Regimento Interno das Obras Sociais São Domingos de Gusmão, em seu capítulo I, artigo 5^o, parágrafo único, diz o seguinte: "Para exercer seus direitos, deve o sócio provar que: (a) efetuou o pagamento da jóia de admissão; (b) durante os últimos seis meses enviou as mercadorias a serem comercializadas pela Feira do Produtor, regularmente".
- 19 - As formas de "promoção social" foram as mais diversas, como: cursos de olericultura e fruticultura; organização de clubes agrícolas; compra e uso de máquinas em comum; financiamentos para a produção; assistência técnica; fornecimento de insumos (adubos, sementes e defensivos); e outros.
- 20 - "Em toda comunidade é fundamental o problema da coesão interna e da unidade, particularmente quando despontam fatores de desagregação. Há um carisma, um entre outros mas de importância capital, que é o responsável pela harmonia entre os vários e múltiplos carismas. Este carisma é próprio dos que ocupam as instâncias de direção da comunidade". (BOFF, 1981, p.229).
- 21 - Esta possibilidade atraiu grande número de produtores tradicionais e lideranças políticas, que passaram a influenciar no processo de transformação da Feira em Cooperativa.
- 22 - Informações obtidas na Cooperativa Agro-Industrial de São Domingos do Prata (CORPRATA).
- 23 - Tais produtores possuíam propriedades com áreas superiores a 100ha e representavam 10,10% do total de proprietários rurais do município.
- 24 - Informações obtidas no projeto de implantação do Grupo Integrado para o Progresso do Prata (GIPP).

8. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

01. ALENCAR, E. *An interpretative study of the agricultural cooperative as a means for farmers to adapt to the social system: a case study in southern Minas Gerais, Brazil.* Reading, university of Reading, 1986. 370p. (PhD - Tese).
02. ----- . *Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da extensão rural. Cadernos de Administração Rural, Lavras, 2(1):23-43, jan./jun. 1990.*
03. AMMAN, S.B. *Considerações críticas sobre o conceito de participação.* Brasília, SEPLAN/IPEACENDEC, 1980. 53-61p.
04. ----- . *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil.* São Paulo, Cortez, 1987. 176p.
05. ATA da Assembléia Geral Ordinária da CORPRATA realizada em 22 de março de 1981.

06. ATA da Assembléia Geral Ordinária da CORPRATA, realizada em 30 de março de 1988.
07. ATUALIDADES. João Monlevade, 5 a 11/out. 1972.
08. ATUALIDADES. João Monlevade, 9 a 15/jul. 1973.
09. BASSANI, P. Política e ideologia: a questão agrária do ponto de vista da Igreja Católica no Brasil (1950-1964). *Terra e Cultura*, Londrina, 3(9): 59-63, 1988.
10. ----- . *Campesinato: potencialidade e processo (reflexões teóricas)*. Londrina, UEL, 1989. 18p. (mimeografado).
11. BASTOS, E.R. *As ligas camponesas*, Petrópolis, Vozes, 1984. 141p.
12. BOFF, L. *Igreja, carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante*. Lisboa, Editorial Inquérito, 1981. 230p.
13. BORDA, O.F. *Formación y deformación de la política cooperativa en la América Latina*. Lima, Federación Nacional de Cooperativas de Crédito del Perú, 1979. 27p.
14. BRASÁLCOOL S/A. *Relatório de Vistoria Técnica. S. Domingos do Prata*, 1981. 4p.

15. BRIOSCHI, L. R. & TRIGO, M.H.B. Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas. *Ciência e Cultura*, 39(7): 631-637, jul. 1987.
16. CAMARGO, A. Os usos da história oral e da história de vida: trabalho com elites políticas. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 27(1): 5-28, 1984.
17. CARDOSO, R.C.L. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: ALMEIDA, M. H. T., Org. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983. 239p.
18. CAVENDISH, S. Cooperativismo e dominação. In: LOUREIRO, M. R. G., Org. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1981. 155p.
19. CENSO AGROPECUÁRIO; Minas Gerais. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1985.
20. CRUZ, L. Desenvolvimento rural e participação. *Revista de Economia Rural*, Brasília, 25(4): 467-81, out/dez, 1987.
21. DELGADO, G.C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo, ICONE/UNICAMP, 1985. 240p.
22. DEMO, P. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. Fortaleza, EUFC, 1986. 137p.

23. DENZIN, N.K. Interpretando as vidas de pessoas comuns: Sartre, Heidegger e Faulkner. Dados - *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 27(1):29-43, 1984.
24. DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, 29 de junho de 1973.
25. ESTATUTO DA FEIRA DO PRODUTOR. São Domingos do Prata, janeiro de 1972.
26. FLEURY, M.T.L. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo, Global, 1983. 152p.
27. FÓRUM RURAL. Belo Horizonte, out. 1975. p.6.
28. FOWERAKER, J. *The struggle for land*. London, Cambridge University Press, 1981. 260p.
29. FREDERIG, A. & CORADINI, O.L. *Agricultura, cooperativas e multinacionais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 184p.
30. FREIRE, P. *Ação cultural para liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 149p.
31. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Projetos de Desenvolvimento. *Cooperativa Hortigranjeira do Vale do Rio Doce*; Belo Horizonte, mar. 1973. 94p.

32. FURTADO, C. *Dialetica do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964. 181p.
33. ----- . *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1968. 261p.
34. GALJART, B. Counterdevelopment: a position paper. *Community Development Journal*, Neasdern, 16(2):88-96, apr. 1981.
35. GALTUNG, J.; O'BRIEN, P. & PREISWERK, R., ed. *Self-Reliance e strategy for development*. Geneva, Institute for Development Studies, 1980.
36. GRAZIANO NETO, F. *Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura*. São Paulo, Brasiliense, 1982. 154p.
37. HAGUETTE, T.M.F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis, Vozes, 1987. 163p.
38. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IX *Recenseamento geral do Brasil - 1980. Censo Demográfico - Dados Distritais/Minas Gerais*. Rio de Janeiro, vol. 1, tomo 3, n. 14, 1982.
39. INFORMATIVO LBA. *Dinamizando o Programa Legionário no interior: como atuam as divisões de serviço e seus resultados*. Belo Horizonte, n. 21, jul./set. 1968.

40. LIMA, J.B.; BARROS, A.S.F. & ROLLA, A.G. *"Modificações que poderão surgir com a transformação da Feira do Produtor em Cooperativa Agrícola"*. São Domingos do Prata, ago. 1978.
41. LOUREIRO, M.R.G., Org. *Cooperativismo e reprodução camponesa*. In: --- *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1981. 155p.
42. MACHADO, E.P., Coord. *Poder e participação política no campo*. São Paulo, Hucitec, 1987. 152p.
43. MAÍIA, I. *Cooperativa e prática democrática*. São Paulo, Cortez, 1985. 112p.
44. MAINWARING, S. *Igreja e política: anotações teóricas*. *Síntese*, São Paulo, 10(27):35-56, jan./abr. 1983.
45. ----- . *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo, Brasiliense, 1987. 300p.
46. MÁURER JR., T.H. *O cooperativismo: uma economia humana*. São Paulo, Imprensa Metodista, 1966. 328p.
47. MEIRELLES, P.A. *Ações administrativas e participação social em cooperativas agropecuárias: um estudo de caso em Minas Gerais*. Lavras, ESAL, 1981. 81p. (Tese MS).

48. MELLUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova: Revista de cultura e politica*, São Paulo, (17):49-66, jun./ago. 1989.
49. MOLINAR, E.C.B. *O crédito rural no Brasil: relação com a modernização da agricultura e aspectos distributivos*. Piracicaba, ESALQ/USP, 1984. 160p. (Tese MS).
50. MOURA FILHO, J.A. de. Breves notas críticas sobre administração rural. *Cadernos de Administração Rural*, Lavras, 1(1):1-8, jan./jun. 1989.
51. MOURAO SÁ, L. Prática missionária e resistência cultural. In: ESTERCI, N. (Org.). *Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984. 157p.
52. MÜLLER, G. Cotrijui: Tentativa de criação de um conglomerado de capital nacional. In: LOUREIRO, M.R., Corg. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1981. pp.97-131.
53. NORONHA, A.M. *Menina criada com mel (1975 a 1985)*. Itabira, 1985. 186p. (Datilografado).

54. NOTÍCIAS DA FEIRA DO PRODUTOR. *"Reflexões em torno da Feira do Produtor"*. São Domingos do Prata, ago. 1978.
55. ---. São Domingos do Prata, nov. 1977.
56. NOVAES, J.R.P. Cooperativismo: acumulação e mudança social. In: LOUREIRO, M.R.G., Org. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1981. 155p.
57. OAKLEY, P. Participation indevelopment in N.E. Brazil. *Community Development Journal*, 15(1):10-20, jan. 1980.
58. ----- & MARSDEN, D. *Approaches to participation in rural development*. Geneva, International Labour Office, 1985. 91p.
59. PAIVA, R.M.; SCHATTAN, S. & FREITAS, C.F.T. de. *Setor agrícola do Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidades*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1976. 442p.
60. RELATÓRIO DAS OBRAS SOCIAIS (1976). São Domingos do Prata, fev. 1977. 3p.
61. RIOS, G.S.L. *Cooperativas agrícolas no Nordeste brasileiro e mudança social*. João Pessoa, Universitária, 1979. 147p.

62. RIOS, G.S.L. Pre-cooperativismo: etapa queimada. In: PINHO, D.B., Org. *A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico*. São Paulo, Artegráfica, 1973. 359p.
63. ----- . *O que é cooperativismo?* São Paulo, Brasiliense, 1987. 69p.
64. SALES, I.C.; FERRO, J.A.S. & CARVALHO, M.N.C. Metodologia de aprendizagem da participação e de organização de pequenos produtores. *Cadernos CEDES*, São Paulo, Cortez, 1984, pp.32-45.
65. SCHNEIDER, J.E. *Agricultural cooperatives and dependent accumulation in Brazil: change or reproduction?* Madison, University of Wisconsin, 1976. 240p. (Tese PhD).
66. SGRÉCIA, A. & GADELHA, E.G. Movimento rural, 1970-85. In: POMPERMAYER, M.J., Org. *Movimentos sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas*. Belo Horizonte, UFMG, 1987. 232p.
67. SILVA, L.A.M. & RIBEIRO, A.C.T. Paradigma e movimento social: por onde andam nossas idéias? In: *ANPOCS - Ciências Sociais Hoje*, 1985. São Paulo, Cortez, 1985. 336p.
68. SINGER, P. Movimentos sociais em São Paulo: traços comuns e perspectivas. In: SINGER, P. & BRANT, V.C., Org. *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1982. 231p.

69. SORJ, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986. 162p.
70. STARLING, H.M.M. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis, Vozes, 1986. 378p.
71. TOURAINE, A. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, M.M. & MARTINS, J.S. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977. 365p.
72. TRIVINOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas, 1987. 175p.
73. VALADARES, J.H. *Relatório de estágio realizado na Cooperativa Regional Agro-Industrial de São Domingos do Prata - MG*. Viçosa, UFV, 1979. 72p.
74. VERHAGEN, K. *Co-operation for survival*. Dordrecht, Netherlands, 1984. 249p.
75. VIGEVANI, T. Movimentos sociais na transição brasileira: a dificuldade de elaboração do projeto. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, São Paulo, (17):93-109, jun./ago, 1989.